





ESTADO DA PARAÍBA

F
FM
E

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Governador
JOSÉ FERNANDES DE LIMA,
na sessão de 1º de Junho de 1960.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE
JOÃO PESSOA — PARAÍBA

253.98198
M548

843 28896/

SECRETÁRIO DO INTERIOR E SEGURANÇA
PÚBLICA

Bel. Fernando Paulo Carrilho Milanez

SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

Bel. Antônio Tavares de Carvalho

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

Dep. José Targino Maranhão

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Bel. Antônio Botto de Menezes

SECRETÁRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Bel. Elzir Nogueira Matos

SECRETÁRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dr. Amaro Fiúza Chaves

SECRETÁRIO DO GOVERNO

Bel. Geraldo Gomes Beltrão

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores
Membros da Assembléa Legislativa do Estado.

Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 52,
alínea II, da Constituição do Estado, tenho a honra
de apresentar a essa ilustre Assembléa Legislativa
a Mensagem do Executivo Estadual, em que darei
contas:

I — da situação em que encontrei o Estado no
dia 18 de Março do corrente ano, quando assumi a
Chefia do Governo na qualidade de Presidente da
Assembléa, tendo em vista a renúncia do Vice-Gov-
ernador, então no exercício do Governo dêste Es-
tado;

II — das atividades governamentais posteriores
àquela data;

III -- do programa de trabalho a que o Governo
se propõe realizar.

Dos itens acima indicados ressalta, pela sua im-
portância no quadro da atual conjuntura político-
administrativa da Paraíba, o primeiro, a respeito do
qual êste Governo apresentará uma síntese ilustra-
tiva, tendo como suporte os números que, na sua
frieza e pela verdade inflexível que traduzem, reve-
lam ao povo paraibano o legado que a administração

passada deixou, menos como um sinal dos tempos, mas, sôbretudo, como o império da subversão dos processos da boa política administrativa, da melhor tradição de equilíbrio que sempre foi a nota tônica na gama dos homens públicos que geriram os destinos do nosso Estado.

Quanto ao segundo item — as atividades governamentais de 18 de Março à data presente — é excusado relevar que não poderia, pela exiguidade de tempo e pela situação do erário estadual, apresentar-se o atual Governo perante a Paraíba como o executor de uma vasta obra, sob pena de o seu Titular ser visto como um insincero, em franco contraste com a sobriedade de seus gestos e com o sentido da responsabilidade que preside os seus atos na vida privada ou pública.

Procurei, no entanto, fazer com que o nosso Estado se reencontrasse com a sua legítima vocação de paz, de trabalho, de ordem, sob a égide da lei, da racionalização dos métodos administrativos vinculados ao sentimento afetivo que é também essência e sentido nas preocupações de quem comanda, de quem exerce uma delegação, máxime quando esta é oriunda do povo a que pertence.

E para isso é que fui buscar nos Partidos que compõem as forças políticas, cujos objetivos são afins na Paraíba, os auxiliares do meu Governo, os quais constituem um conjunto harmônico de homens de comprovada dignidade pessoal, dotados de espírito público e de capacidade para o exercício de altos cometimentos na esfera administrativa.

É óbvio que, na transitoriedade do governo como me encontro, haverá de constituir-se em linha mestra, nesta exposição aos Senhores Deputados, a interpretação do fenómeno administrativo, a compreen-

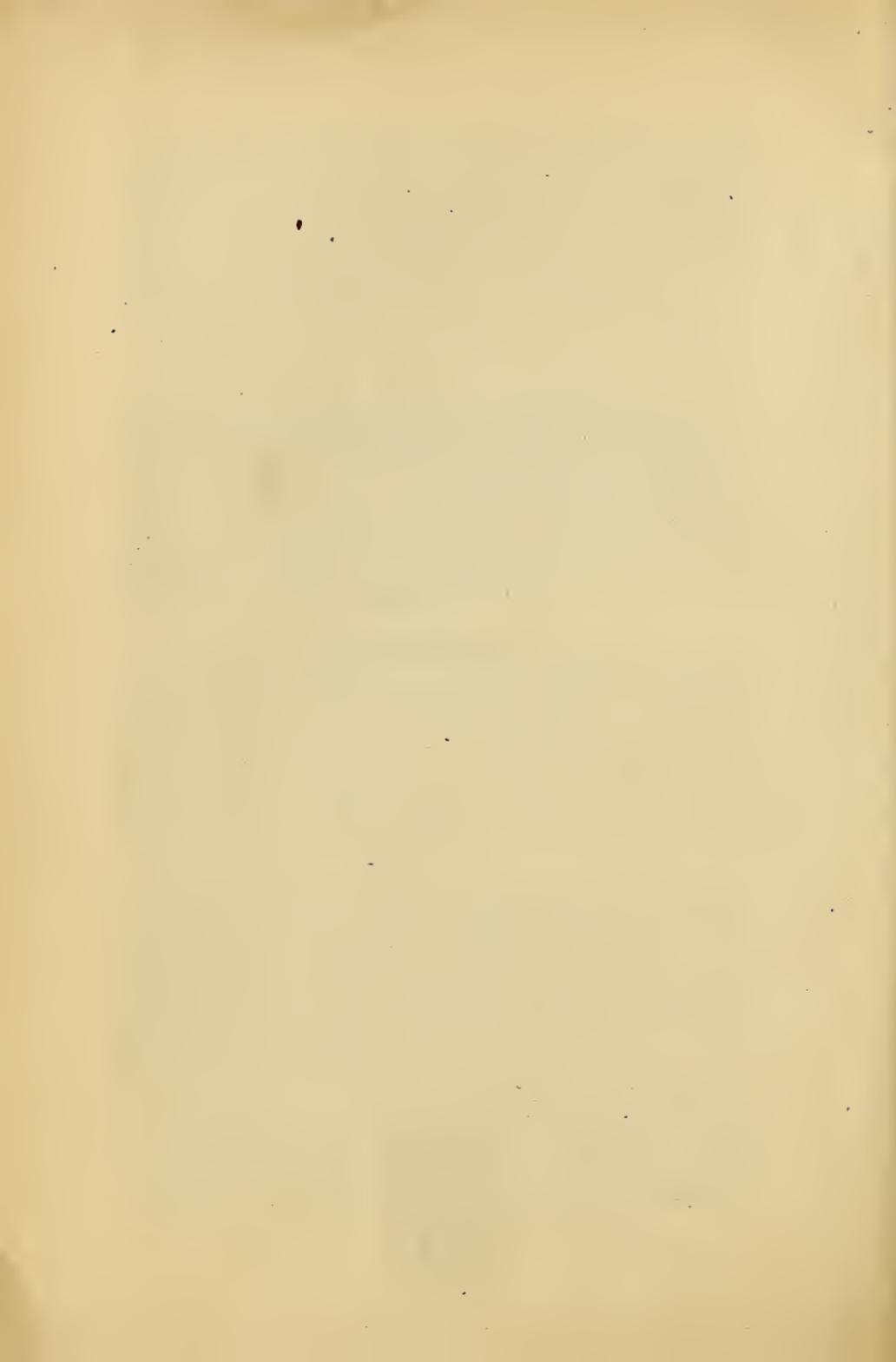
são do fato social e político, a geratriz de um programa de governo que, não podendo, por circunstâncias materiais --- falta de recursos financeiros e limitação de tempo -- ser obra de minha administração, signifique, pelo menos, esta Mensagem, um itinerário, um sinal da vitalidade dos homens públicos da Paraíba e do seu acendrado amor pela Terra-Mãe, para aqueles que vierem a assumir o comando dos destinos do Estado.

Na expectativa do acolhimento dessa Colenda Assembléia ao trabalho aqui apresentado, valho-me do ensejo para renovar os protestos de constante co-
operação e elevado aprêço.

João Pessoa, 1º. de Junho de 1960

José Fernandes de Lima

GOVERNADOR



CAPÍTULOS

Secretaria das Finanças

Secretaria do Interior e Segurança Pública

Secretaria de Educação e Cultura

Secretaria de Saúde e Assistência Social

Secretaria da Agricultura, Indústria e
Comércio

Departamento de Classificação de Produtos
Ágro-Pecuários

Conselho de Desenvolvimento

Montepio do Estado da Paraíba

Departamento Estadual de Estatística

Secretaria da Viação e Obras Públicas

SECRETARIA DAS FINANÇAS

I --- ORÇAMENTO

1º — Previsões

Pela Lei nº. 1876, de 29 de Novembro de 1958, foi orçada a receita na importância de Cr\$ 707.329.600,00 e a despesa fixada em Cr\$ 803.639.822,00, registrando-se um déficit de Cr\$... 310.222,00.

Em face das alterações oriundas de aberturas de créditos especiais, suplementares e extraordinários e da transferência de saldos de créditos plurienais de exercícios anteriores na importância total de Cr\$... 172.735.549,30 o déficit ficou elevado para a quantia de Cr\$ 269.045.771,30, como abaixo se demonstra:

2º — Despesa

Orçamentária	Cr\$	803.639.822,00
Créditos Especiais		94.522.244,70
Créditos Extraordinários		1.000.000,00
Créditos Suplementares		73.520.785,00
Créditos plurienais transferidos de exercícios anteriores		3.693.519,60
		<hr/>
Total das amortizações da Despesa		976.375.371,30
Receita Estimada		707.329.600,00
		<hr/>
Déficit previsto	Cr\$	269.048.771,30

A despesa orçamentária fixada estava assim distribuída pelos diversos órgãos administrativos:

Assembléia Legislativa	Cr\$ 32.397.800,00
Governo do Estado	17.824.701,00
Universidade da Paraíba.	18.879.826,00
Secretaria do Interior e Segurança Pública	126.466.871,00
Secretaria da Educação e Cultura	164.397.830,00
Secretaria da Saúde e Assistência Social	97.900.379,00
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	36.262.043,00
Secretaria da Viação e Obras Públicas	83.520.660,00
Secretaria das Finanças	180.177.654,00
Justiça Pública	45.812.058,00
TOTAL	Cr\$ 803.639.822,00

A despesa orçamentária, por elementos, teve a seguinte distribuição:

Pessoal Fixo	Cr\$ 332.436.075,00	41,37%
Pessoal Variável	110.136.654,00	13,70%
Material Permanente	62.293.600,00	7,75%
Material de Consumo	56.869.600,00	7,08%
Despesas Diversas	241.903.893,00	30,10%
TOTAL	Cr\$ 803.639.822,00	100%

E por serviços, a despesa em aprêço está assim fixada:

Administração Geral . .	Cr\$ 228.155.595,00	28,40%
Exação e Fiscalização Financeira	42.827.169,00	5,33%
Segurança Pública e A. Social	116.948.546,00	14,55%

Educação Pública	176.390.816,00....	21,95%
Saúde Pública	62.513.779,00....	7,78%
Fomento	35.711.831,00....	4,44%
Serviços Industriais	8.691.736,00....	1,08%
Dívida Pública	27.644.518,00....	3,43%
Serviços de Utilidade Pública	24.666.432,00....	3,07%
Diversos	80.089.400,00....	9,97%
TOTAL	Cr\$ 803.639.822,00...	100,00%

3º — Receita

A receita prevista, segundo a sua incidência, ficou distribuída do seguinte modo:

Sem classificação	Cr\$ 39.479.600,00....	5,58%
Sobre a propriedade	45.100.000,00....	6,37%
Sobre a circulação da riqueza	580.550.000,00....	82,27%
Resultante da atividade do Estado	35.200.000,00....	4,79%
Várias incidências	7.000.000,00....	0,99%
TOTAL	Cr\$ 707.329.600,00	100,00%

E, segundo a natureza, está assim discriminada:

Receita Ordinária

Tributária	Cr\$ 667.850.000,00
Patrimonial	2.090.000,00
Industrial	12.350.000,00
Receitas Diversas	13.000.000,00
TOTAL	Cr\$ 659.290.000,00
Receita Extraordinária	Cr\$ 12.039.600,00
TOTAL	Cr\$ 707.329.600,00

II — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1º — Receita

Ao encerrar-se o exercício, constatou-se que a receita arrecadada atingiu a quantia de Cr\$ 897.340.165,10, excedendo a prevista em Cr\$ 199.010.565,10.

A receita desdobrou-se pelas seguintes rubricas:

Receita Ordinária:

Impôsto Territorial . . . Cr\$	5.008.959,80....	0,55%
Transmissão Causa-Mortis	8.292.987,90....	0,92%
Transmissão Inter-Vivos ...	30.021.166,20....	3,34%
Vendas e Consignações	750.487.735,70....	83,72%
Impôsto de Exportaçãõ	52.564.691,80....	5,83%
Impôsto de Sêlo	8.622.236,30....	0,96%
Impôsto sôbre minérios	220.458,30....	0,02%
Taxa Rodoviária	2.619.124,40....	0,29%
Taxa de Serviço de Trânsito	1.809.234,50....	0,20%
Taxa de Estatística	4.352.103,20....	0,48%
Taxa para Merenda Escolar	1.005.474,40....	0,12%
Taxa adicional de 1% s/Ven- das e Consignações	7.629.538,90....	0,85%
Taxa de Recuperaçãõ Econô- mica	1.446.633,30....	0,16%
Renda Imobiliária	252.206,70....	0,03%
Renda de Capitais		
a) Juros	237.902,30....	0,02%
b) Ações do Banco do Esta- do da Paraíba	847.020,00....	0,09%
Estabelecimentos S. Diver- sos:		
a) D.C.P.A.F.	270.376,80....	0,03%
b) Departamento de Publici- dade	3.300,00....	—0—

c) Rádio Tabajara	—0—	—0—
d) Departamento da Produ- ção	—0—	—0—
e) Loteria do Estado . . .	4.326.190,40	0,49%
f) Renda do Estádio "Gover- nador José Américo" . .	—0—	—0—
g) Outros serviços	6.402,50	—0—
Cota-Parte do Impôsto Úni- co sôbre Energia Elétri- ca	—0—	—0—
<hr/>			
TOTAL da Receita Ordiná- ria Cr\$	880.023.748,50	98,13%

Receita Extraordinária

Alienação de Bens Patrimo- niais Cr\$	68.286,10	—0—
Cobrança da Dívida Ativa . .	2.308.914,40	0,28%
Rec. de Exerc. anteriores . .	1.787.493,80	0,21%
Rec. de Ind. e restituições	390.464,30	0,04%
Cotas de Fiscal. Diversas . .	6.132,00	—0—
Cont. de 4% dos Municípios	6.941.687,50	0,79%
Multas de mora	3.886.396,80	0,44%
Operações de crédito	—0—	—0—
Eventuais	975.552,00	0,11%
<hr/>			
TOTAL da Receita Extraor- dinária Cr\$	16.364.926,90	1,87%
<hr/>			
TOTAL Geral da Receita Cr\$	896.388.675,40	100,00%

Comparada com a receita do exercício de 1958, constatou-se uma elevação de Cr\$ 246.692.225,20.

2º — Despesa

A despesa efetiva do exercício em análise, atingiu a quantia de Cr\$ 838.363.598,00, à qual têm de ser adicionados os "RESTOS A PAGAR" do exer-

cício, ainda em fase de apuração na Contadoria Geral, o que deverá elevar a despesa em aproximadamente Cr\$ 70.000.000,00, totalizando-a na importância de Cr\$ 908.363.598,00.

A despesa efetiva foi realizada com os seguintes órgãos administrativos:

Assembléia Legislativa	Cr\$	35.721.738,30
Governo do Estado		22.715.132,50
Universidade da Paraíba		14.689.764,00
Secretaria do Interior e Segurança Pública		134.502.495,10
Secretaria de Educação e Cultura ..		164.103.242,60
Secretaria de Saúde e Assistência Social		85.314.571,50
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio		28.193.130,90
Secretaria da Viação e Obras Públicas		76.760.258,60
Secretaria das Finanças		235.411.671,10
Poder Judiciário		40.951.593,40
TOTAL	Cr\$	838.363.598,00

3º — Resultado do Exercício

Fazendo-se um confronto da despesa efetuada com a receita realizada, verificamos existir um déficit na ordem de Cr\$ 11.974.922,60.

Vale notar que êsse é o resultado provável, de vez que os números exatos estão dependendo do encerramento do balanço pela Contadoria Geral do Estado.

III --- DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública em 31 de Dezembro de 1958 era de Cr\$ 311.318.647,95, assim sub-dividida:

Dívida fundada interna	Cr\$	108.626.607,70
Dívida fluutuante		157.561.981,24
Outras dívidas		45.130.059,01
		<hr/>
TOTAL	Cr\$	311.318.647,95

Durante o exercício de 1959, foi amortizada, apenas, a importância de Cr\$ 9.423.391,80, sendo que Cr\$ 4.000.000,00 referentes ao empréstimo contraído com o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, de Campina Grande, destinado à expansão do saneamento daquela cidade, e Cr\$ 5.423.391,80, para amortização da "DÍVIDA FLUTUANTE", conforme abaixo se demonstra:

Credores p dívidas reconhecidas pelo		
Poder Executivo	Cr\$	3.879.175,00
Idem, pelo Poder Judiciário		1.544.216,80
		<hr/>
TOTAL	Cr\$	5.423.391,80

No mesmo período foi incorporada ao patrimônio uma dívida de Cr\$ 8.002.931,90, referente a "DÍVIDAS RECONHECIDAS PELO PODER EXECUTIVO".

IV -- PREVISÃO PARA 1960

O balanço de previsões para o exercício em curso apresentava, em data de 1º. de Abril próximo passado, um déficit previsível de Cr\$ 392.306.826,00, na forma abaixo discriminada:

Despesa

Despesa fixada no orçamento ..	Cr\$	1.042.149.998,00
Aumento do funcionalismo		390.256.828,20

Restos a pagar	100.000.000,00
Despesa erroneamente computada no orçamento	29.900.000,00

TOTAL Cr\$ 1.562.306.826,20

Receita

Receita prevista	Cr\$ 1.063.183.600,00
Mais o aumento previsto no corren- te exercício, de conformidade com índices técnicos	106.816.400,00

TOTAL Cr\$ 1.170.000.000,00

Resumo

Despesa fixada	Cr\$ 1.562.306.826,20
Receita prevista	1.170.000.000,00
Déficit previsto	Cr\$ 392.306.826,20

V — DESPESA COM PESSOAL

A despesa com pessoal para o corrente exercício atinge a 94% da receita prevista no orçamento vigente, excedendo em 34% o limite estabelecido no artº. 44, da Constituição Estadual, conforme se vê da demonstração infra:

Pessoal em atividade	Cr\$ 520.824.000,00
Inatividades	76.500.000,00
TOTAL	Cr\$ 597.324.000,00

Créditos Especiais

Lei nº. 2.212, de 27.1.1960	Cr\$ 25.500.000,00
Lei nº. 2.222, de 25.2.1960	2.022.000,00
Lei nº. 2.224, de 16.3.1960	270.000.000,00
Lei nº. 2.225, de 30.3.1960	10.000.000,00
Despesa de pessoal emitida no orçamento em vigor, conforme levantamento feito pelo Serviço Central de Orçamento	29.900.000,00
Despesa do crédito autorizado pela Lei nº. 2.224, de 16.3.1960, em virtude de emendas aprovadas ao projeto inicial	59.900.000,00
TOTAL do exercício	Cr\$ 1.005.749.000,00

Despesa mensal

Na Capital	Cr\$ 51.862.000,00
No Interior	32.000.000,00
TOTAL mensal	Cr\$ 83.862.000,00
Receita orçamentária prevista para 1960	Cr\$ 1.063.183.600,00
Despesa de Pessoal	1.005.749.000,00
Percentagem comparativa da Despesa de Pessoal, em relação à Receita	—94%—

CONCLUSÕES A QUE SE CHEGA DIANTE DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS APRESENTADOS

1 -- No Orçamento de 1959 a despesa de pessoal estava assim consignada:

a) Pessoal Fixo	Cr\$ 332.436.075,00 — 41,37%
b) Pessoal Variável	110.136.654,00 — 13,70%
TOTAL	Cr\$ 442.572.729,00 55,07%

Verifica-se, daí, não ter a “DESPESA DE PESSOAL” atingido o limite estabelecido pela Constituição do Estado em seu artigo 44, ou seja, 60% da RECEITA.

2 — Para o exercício de 1960 há um déficit previsto de Cr\$ 392.306.826,00, numa RECEITA estimada em Cr\$ 1.170.000.000,00, e o PAGAMENTO DE PESSOAL vai à soma de Cr\$ 1.005.749.000,00 (com tendência para se agravar pelos reajustamentos decorrentes da Lei de aumento dos servidores públicos), correspondendo, êsse quantitativo, a 94% da RECEITA, fato sem precedente não só na história administrativa da Paraíba, mas de todo o Brasil, e que define, muito bem, a situação de caos administrativo em que foi encontrado nosso Estado no setor financeiro, obrigando ao Governo adotar severas medidas de restrição dos gastos públicos, para, pelo menos, ser possível o pagamento aos seus servidores, o que não é, indiscutivelmente, tarefa que se reserve a um Estado organizado como sempre o foi o da Paraíba.

PLANOS E REALIZAÇÕES

Estuda o Governo a possibilidade, se a situação financeira do Estado o permitir, de construir, por intermédio da Secretaria da Viação e Obras Públicas, prédios destinados a Repartições Fiscais do Interior, a fim de proporcionar conforto aos funcionários arrecadadores.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

A ordem pública tem sido mantida e as franquias democráticas amplamente asseguradas a todos os paraibanos, linha de que não se afastará o Govêrno, no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais.

E' propósito do Chefe do Executivo, tão logo os recursos financeiros do Estado assim o permitam, reaparelhar os diversos O'rgãos desta Pasta para que, assim, melhor se possa sentir a ação do Poder Público Estadual em benefício da paz, da tranquilidade da família paraibana.

O'RGÃOS SUBORDINADOS

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

A Chefia de Polícia, na sua árdua missão de mantenedora da ordem e segurança públicas, vem desenvolvendo constantes esforços no sentido de serem preenchidos os claros existentes nos comissariados e sub-comissariados de polícia de todos os municípios, com elementos capazes, tendo-se em vista o momento delicado que atravessa o Estado com a aproximação de um pleito eleitoral da mais expressiva significação para a vida democrática paraibana, a disputa pela Chefia do Executivo, que ocorrerá em 3 de outubro dêste ano.

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA, SOCIAL E ECONOMICA

Vem atuando com energia não só no que diz respeito à tranquilidade social, mas, e com revigorado cuidado, no âmbito da economia popular, pela repressão ao uso de unidades de medidas viciadas, bem como à prática abusiva do comércio de gêneros de primeira necessidade por preços fora das especificações da COAP.

DELEGACIA ESPECIAL DE VIGILANCIA GERAL E COSTUMES

Atuando dentro de suas possibilidades, vem adotando medidas gerais, segundo um critério de ação válido em todo o Estado, para a manutenção da ordem pública.

COLÔNIA PENAL DE MANGABEIRA

Determinou o Govêrno o aumento dos seus serviços agrícolas, criando novos campos de cultivo, de modo a satisfazer as condições de estágio penal de readaptação dos reclusos. O serviço dentário subordinado àquêlê Departamento encontra-se em plena atividade, assim como o cinema reeducativo.

Para o funcionamento de uma oficina mecânica e de ferreiro já foram adquiridos os principais materiais e ferramentas, e o prédio onde deverá ser instalada a referida oficina, em breves dias será concluído.

DELEGACIA ESPECIAL DE TRANSITO

Entre as providências de Administração dessa especializada, no período de janeiro a abril do corrente ano, destacam-se as de revisionamento dos

coletivos desta Capital; a transferência do estacionamento dos transportes de Cruz das Armas para um setor mais apropriado na Praça Venâncio Neiva, com maior espaço e melhor abrigo para os passageiros; a fixação de prazo de permanência nos pontos, e do número de passageiros para saída, a fim de serem evitados os constantes abusos das demoras desnecessárias tantas vezes reclamadas pelos prejudicados; a fiscalização ao excesso de lotação; a proibição do estacionamento no Clube Cabo Braco (lado de Peregrino de Carvalho) e em outros pontos que prejudiquem o movimento do trânsito.

PENITENCIÁRIA MODELO

Durante o exercício corrente registrou-se o seguinte movimento:

1o. As verbas vêm sendo regularmente aplicadas;

2o. Sob orientação do médico Lavoisier Feitosa foi realizado tratamento condigno dos detentos, principalmente dos tuberculosos;

3o. O gabinete dentário vem funcionando normalmente e, até a presente data, registrou-se o seguinte movimento: consultas, 51; extrações, 156.

CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL FEMININO

O Centro de Reeducação Feminino, fundado no dia 19 de abril de 1945 pelo Exmo. Sr. Samuel Duarte, na gestão do Exmo. Dr. Ruy Carneiro, então interventor, vem funcionando bem, dentro de sua finalidade, que é receber mulheres criminosas e menores delinquentes, para cumprimento das penas que lhes são impostas pela Justiça.

Melhoramentos

Foram colocadas várias telhas de vidro no pavilhão de dormitório e instalado o Gabinete Dentário, com o material necessário para o seu perfeito funcionamento.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES

O Departamento de Assistência e Proteção aos Menores tem a finalidade de amparar o menor delinquente, dotando-o de melhores ensinamentos, para ajustá-los socialmente.

COMANDO DA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do Estado atravessa, nestes últimos tempos, uma fase de dificuldades.

Vale ressaltar que os fornecedores, como sejam: Casa Magalhães Sucupira Tecidos Limitada e J. Alves Barbosa, têm reclamado o não pagamento de parte considerável do que forneceram no exercício de 1959.

Esses débitos prendem-se à compra única de matéria prima para pagamento de um só fardamento às praças, no exercício passado, quando é regulamentar que o pagamento deve ser de três uniformes por ano, isto é, num exercício financeiro.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria de Educação e Cultura, que tem a seu cargo a supervisão de todos os órgãos que cuidam do ensino e da divulgação cultural, desenvolveu as seguintes atividades em seus diversos setôres:

1 -- ENSINO DE GRÁU MÉDIO

Com a criação, pelo atual Governo, da Escola Normal de Campina Grande, passou o Estado a contar com cinco estabelecimentos oficiais que ministram o ensino de gráu médio: Colégio Estadual de João Pessoa, Colégio Estadual de Campina Grande, Ginásio Estadual de Sapé, Escola de Formação de Professores do Instituto de Educação e Escola Normal de Campina Grande.

a) Colégio Estadual de João Pessoa

O Colégio Estadual de João Pessoa funciona em três turnos e mantém os dois ciclos do curso secundário. Em 1959, matriculou êsse estabelecimento 1.819 alunos em seus diversos cursos. Êste ano a matrícula atingiu o total de 1.473 alunos, assim distribuídos:

Curso Ginásial	838	alunos
Curso Clássico	178	"
Curso Científico	457	"

Além de sua sede central, conta ainda o Colégio Estadual com duas secções nos bairros de Cruz das Armas e Santa Júlia, instaladas, respectivamente, no Grupo Escolar "José Américo" e no Grupo Escolar "Santa Júlia", os quais receberam, êste ano, grandes melhoramentos, como sejam, a construção de mais duas salas de aula em cada um, além da restauração dos serviços de água e esgôto e da instalação elétrica do Grupo Escolar "José Américo", gastando o Estado nesses melhoramentos a quantia de Cr\$ 1.300.000,00, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O corpo docente do Colégio Estadual de João Pessoa é constituído de 94 professores, sendo 57 catedráticos, 20 contratados e 27 em regime pro-labore, todos legalmente habilitados para o exercício do magistério.

Relatamos, aqui, os diversos melhoramentos de ordem didática e material, introduzidos, êste ano, no Colégio Estadual.

Aperfeiçoamento do Corpo Docente

No intuito de atualizar os conhecimentos pedagógicos e discutir os problemas que surgem no exercício do magistério, vêm se realizando semanalmente no colégio encontros de professores, conjugados com os planos de Orientação Educacional.

Atividades Extra-Ecolares

Foi dado, êste ano, um grande impulso a essas atividades que visam, principalmente, à formação moral e cívica do estudante. Assim é que, através de seus órgãos competentes, têm os Colégios orientado e intensificado campanhas entre os estudantes para

incremento de grêmios, jornais, cinema educativo, bem como a criação de estádios, com a finalidade de constituir centros para as atividades culturais, sociais e esportivas.

Orientação Educacional

O Serviço de Orientação Educacional vem funcionando com absoluto êxito. Dentre os motivos que justificam a sua criação, podemos citar: a dificuldade com que se depara o adolescente na escolha de sua profissão; os problemas que se apresentam no desenvolvimento dos jovens e que necessitam de ajuda para sua solução total e parcial.

Sala Especial de Física

Para melhoria do equipamento didático, referente à sala especial de Física, foi encomendado, êste ano, material necessário para o ensino da importante matéria, no valor de Cr\$ 174.000,00. Foi também contratado um preparador para o ensino prático de Física e Química.

Vários outros melhoramentos vêm os Colégios recebendo, desde o início do ano letivo, como a pintura e decoração do auditório, com substituição de cortinas e passadeiras em que foram gastos Cr\$ 100.000,00. No momento, está sendo construída uma praça de esportes para a prática de exercícios de Educação Física, cujas obras estão orçadas em cêrca de Cr\$ 300.000,00. Convém notar que a aludida construção está sendo feita em cooperação com a Caixa Escolar do Colégio.

b) Colégio Estadual de Campina Grande

Com uma matrícula de 1.300 alunos, funciona o Colégio de Campina Grande, mantendo os cursos

nistério da Educação, tiveram prosseguimento as obras de construção dêsse Ginásio e foram adquiridos os móveis e material escolar, indispensáveis ao seu funcionamento.

c) Escola Normal de Campina Grande

O Govêrno do Estado, considerando a urgência de se ampliar o ensino normal de que tanto necessita para o preenchimento das escolas por normalistas diplomadas, criou, pela Lei nº 2.229, de 31 de Março dêsse ano, a Escola Normal de Campina Grande que é o segundo estabelecimento oficial do Estado, destinado a ministrar o Curso Pedagógico.

As suas atividades escolares terão início no mês de Junho, funcionando, até que tenha prédio próprio, em dependências do Colégio Estadual de Campina Grande que, para isto, está recebendo as adaptações necessárias.

2 — DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

O Departamento de Educação promove, através dos serviços competentes, assistência às escolas primárias, em todos os seus aspectos.

Aprovado o plano da criação das Divisões do Departamento, para uma base de organização, foram as suas atividades agrupadas em secções.

Vão consignadas aqui as atividades dêsse Departamento, no presente exercício.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

a) Secção de Prédios Escolares

Este órgão atendeu, através de verbas de conser-

tos e conservação, as seguintes unidades escolares:
Grupo Escolar "Álvaro de Carvalho" — Bayeux
Grupo Escolar "João Úrsulo" — Santa Rita
Escolas Reunidas "Feliciano Dourado" — Capital
Grupo Escolar "Juarez Távora"
Escola Elementar Mista "Rotary Club" — Capital
Grupo Escolar "Santa Júlia" — Capital
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"D. Pedro II" — Capital
Grupo Escolar "Pres. João Pessoa" — Tambaú
-- Capital

Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"D. Adauto" — Capital
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"Antônio Pessoa" — Capital
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"Isabel Maria das Neves" — Capital
Escola Elementar Mista de Areial — Esperança
Escolas Reunidas "Castro Pinto" — Capital
Escola Elementar Mista do Róger — Capital
Grupo Escolar "Solon de Lucena" — Campina
Grande
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"Santa Júlia" — Capital
Grupo Escolar "Dr. Manoel Dantas" — Teixeira
Escola Elementar Mista de Guarita — Itabaiana
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"Álvaro de Carvalho" — Bayeux
Escolas Reunidas "Mateus Ribeiro" — Capital
Grupo Escolar "Pe. Ibiapina" — Soledade
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"Tomaz Mindêlo" — Capital
Escolas Reunidas Noturnas do Grupo Escolar
"José Américo" — Capital
Escola Noturna "São Gonçalo" — Capital
Grupo Escolar "Raul Machado" — Capital
Grupo Escolar "Tomás Mindêlo" — Capital

Escolas Reunidas "Fernando Lira" — Capital
Grupo Escolar "Otacílio de Albuquerque" —
Capital

Grupo Escolar "Isabel Maria das Neves" — Ca-
pital

Grupo Escolar "Mons. Odilon Coutinho" -- Ca-
pital

Grupo Escolar "Epitacio Pessoa" — Capital

Grupo Escolar "Murilo Braga" — Campina
Grande

Escola Noturna "Fernando Lira" — Capital

Grupo Escolar "Antônio Pessoa" — Capital

Escola "Almeida Barreto" — Capital

Escola Elementar Mista "Riacho Verde" — Pilar

Escola Elementar Mista da Colônia de Pescado-
res Z-6 -- Bayeux

Escolas Reunidas "Maria Amélia Tôrres" — Ca-
pital

Escola Elementar "Ana Higina" — Capital

Para fazer face às despesas referentes às obras mencionadas, foi empenhada, em 1959, a quantia de Cr\$ 4.393.727,10 e, êste ano, a de Cr\$ 3.026.000,00. No entanto é bastante precário o estado atual de conservação das unidades escolares que estão, em sua maior parte, reclamando reparos urgentes, muitos dos quais já foram executados pela atual administração, apesar da exiguidade do saldo existente das verbas de consêrto e conservação.

b) Secção de material escolar

Esta secção adquiriu mapas e demais material didático necessário para o desenvolvimento do programa de ensino na escola primária. Foram distribuídas 1.030 carteiras entre as diversas escolas.

Observa-se, não obstante, a precariedade do mo-

bilário escolar que, além de insuficiente, está em grande parte já gasto e quase imprestável.

Para suprir esta deficiência, determinou o Governo a recuperação imediata dos móveis estragados e fez a encomenda de grande número de carteiras escolares, que serão distribuídas de acôrdo com as necessidades reais de cada escola.

c) Secção de Contrôle de Pessoal

Esta secção iniciou a organização do fichário para registro da vida funcional dos elementos lotados no Departamento de Educação.

DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

Responsável pela parte técnica pedagógica, realizou esta Divisão o 1º Curso de Férias para Regentes de Classe, nas sedes das Delegacias Regionais do Ensino.

Em 1959, propôs a criação de 64 escolas, 4 grupos escolares e 11 escolas foram transformadas em reunidas. Em 1960, foram criadas 47 escolas isoladas e 8 escolas reunidas e foi organizado o Serviço de Inspeção do Ensino Noturno na Capital. Foi feita a redistribuição de pessoal, para que cada escola tivesse o seu Corpo docente e administrativo necessário ao seu desenvolvimento.

No que pese às providências tomadas por esta Divisão, a atual administração vem procurando tomar, neste setor, novas medidas no sentido de que seja introduzida uma política educacional que vise a incrementar a educação primária, evitando-se a diminuição de matrícula, bem como adotar um critério mais racional para a criação de escolas, que deve obedecer a um estudo da localização da população escolar e ainda estabelecer normas para a distribuição do corpo docente nos estabelecimentos de

ensino a fim de se evitar a superlotação de professores em determinadas escolas e sua deficiência noutras, conforme se vem verificando.

DIVISÃO DAS ATIVIDADES EXTRA-ESCOLARES

Esta Divisão superintende o Serviço de Merenda Escolar, Bibliotecas, Cooperativas, Museus Escolares e outras atividades.

a) Serviço da Merenda Escolar

Em 1959, atendeu em 960 escolas, 32.666 alunos, com a distribuição de 3.907.995 merendas, dispendendo a quantia de Cr\$ 550.000,00.

Cumpre-uos salientar a colaboração do Instituto do Açúcar e do Alcool, que doou à Campanha 100 sacos de açúcar.

O plano geral dêste setor para o presente ano está fundamentado nos convênios firmados entre o Governo do Estado, a Campanha Nacional de Merenda Escolar e o Fundo Internacional do Socorro à Infância.

Para o 1º semestre, segundo comunicação do FISI, a quota de leite fornecida por aquela organização terá sensível redução.

São os seguintes os planos das demais atividades desta Divisão para o presente ano letivo.

b) Caixas Escolares

Restauração de tôdas as Caixas, inclusive a Caixa Escolar pertencente ao Departamento de Educação.

Criação de uma Caixa Escolar em cada município com a finalidade de atender aos alunos pobres das escolas isoladas.

c) Biblioteca escolar

Instalação de Bibliotecas escolares em todos os municípios.

d) Cooperativas Escolares

Instalação em todos os Municípios de Cooperativas Escolares que atendem à totalidade dos sócios locais, despertando, assim, o espírito de cooperação e economia.

e) Museu Escolar

Fundação, com o auxílio dos próprios alunos, de Museus Escolares.

f) Geral

Incentivo, na medida do possível, à instalação de Centros Cívicos, Clubes Literários, Círculos de Pais e Mestres e outras Instituições Escolares.

DIVISÃO DO ENSINO RURAL, PROFISSIONAL E SUPLETIVO

Esta Divisão desenvolveu em 1959 o seu programa de orientação rural junto aos Grupos e escolas da Capital e dos municípios de Cajazeiras, Serraria, Bananeiras, Areia, Solânea e Alagoíinha.

No decorrer do presente ano pretende dar maior amplitude às suas atividades através do incremento da assistência técnica pedagógica, possibilitando, assim, uma maior assistência educacional aos habitantes rurais. São os seguintes os planos de suas atividades:

No setor de ensino rural

- a) Ampliação dos clubes agrícolas já existentes;
- b) Assistência técnica e pedagógica dos Clubes Agrícolas em funcionamento;
- c) Participação nos cursos da D.E.R.P.S.;
- d) Curso por correspondência.

No setor de orientação pedagógica

- a) Instalação e funcionamento da Escola Rural da Fazenda Simões Lopes.

No setor do ensino profissional

- a) Supervisão e orientação técnica em Artes Aplicadas na Escola Rural Modelo.
- b) Cursos realizados pela D.E.R.P.S.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conta a Divisão de Educação Física com 23 professores de carreira, designados para a função de Monitor, dos quais 3 se acham à disposição de outras repartições. Dado o reduzido número de Monitores, poucos são os estabelecimentos de ensino do Estado em que é ministrada a Educação Física: na Capital, apenas 9 grupos escolares e a Escola Modelo e no interior, 4 grupos em Campina Grande, 1 em Sousa, 1 em São Mamede, 1 em Catolé do Rocha, 2 em Cajazeiras, 1 em Santa Luzia e 1 em Patos. Apesar da insuficiência de professores para atender aos estabelecimentos de grande frequência em turnos diferentes e classes heterogêneas, as aulas de Educação Física funcionaram regularmente no ano de 1959. Além da exiguidade de Professores nota-se ainda uma grande deficiência do material necessário para a perfeita execução das atividades desta Divisão,

apesar do seu esforço no sentido de ser conseguido um melhor aparelhamento que possibilitasse o cumprimento do seu programa.

SUPERINTENDÊNCIA DA ASSISTÊNCIA DENTÁRIA ESCOLAR

Destina-se êste órgão à coordenação das atividades dos gabinetes dentários pertencentes às instituições subordinadas ao Departamento de Educação. Assim, é-lhe atribuída a incumbência de verificar a situação em que se encontram as instalações odontológicas de cada estabelecimento, a começar pelo levantamento dos seus bens patrimoniais; de sugerir medidas destinadas a melhorar as condições materiais no sentido de tornar possível maior eficiência do serviço dentário; de organizar mapas de trabalhos devidamente padronizados; de incentivar, através de palestras ou exhibições de filmes cinematográficos a educação dentária, ressaltando a importância da higiene e profilaxia das afecções orais; de estudar a possibilidade da execução de um plano sanitarista odontológico, etc.

Conquanto êste órgão esteja, ainda, em fase de estruturação, algumas providências importantes vêm sendo tomadas. Quase todos os grupos escolares possuidores de gabinetes dentários da Capital e um de Campina Grande já foram visitados, encontrando-se relacionado o seu acervo patrimonial, até então praticamente ignorado pelo Departamento.

Por outro lado, vem procurando solucionar, dentro das disponibilidades orçamentárias, atender às constantes requisições de artigos clínicos indispensáveis ao funcionamento regular dos gabinetes com a presteza que cada caso requer, no sentido de evitar a paralização dos trabalhos por falta de recursos materiais, como frequentemente ocorre, com evidente prejuízo para os escolares.

No seu plano de trabalho, pretende entrar em contacto com as autoridades sanitárias especializadas, no intuito de colher dados precisos sobre os resultados práticos da administração tópica de fluerêto de sódio como agente profilático da cárie dentária, para, em seguida, cogitar do seu emprêgo nos centros odontológicos do Departamento de Educação, cujos trabalhos se têm limitado até agora, quase exclusivamente, ao setor curativo.

Dada a precariedade das instalações dos gabinetes dentários de vários estabelecimentos e em face da inexistência, em quase todos êles, de mapas de trabalho, os quais vêm sendo reclamados pelos profissionais, afigura-se impossível divulgar, no momento, relação completa ou satisfatória das atividades clínicas. Todavia, espera êste órgão convocar, dentro de breves dias, os dentistas para uma reunião em que a matéria venha a ser examinada e adotado um boletim de produção mensal devidamente padronizado, capaz de facilitar o levantamento estatístico do movimento clínico ao fim de cada exercício, bem assim mandar proceder o reparo ou substituição de alguns gabinetes cujo estado de conservação é sobretudo precário.

DIVISÃO DO ENSINO NORMAL

A Lei n.º 850, de 6 de Dezembro de 1952, que dá organização ao Ensino Normal, — deixou êsse serviço subordinado ao Departamento de Educação, que o superintende e fiscaliza por intermédio da Divisão do Ensino Normal, criada pela Lei n.º 1.635, de 4 de Dezembro de 1956.

O ensino é feito em escolas normais de 1º e de 2º ciclos, na sua maior parte unidades de iniciativa particular, tôdas devidamente equiparadas na forma da legislação em vigor.

O ensino normal oficial é ministrado pelo Instituto de Educação e pela Escola Normal Oficial de

Campina Grande.

Além da assistência técnica, presta o Estado assistência financeira a várias escolas normais de iniciativa particular.

São as seguintes as escolas subvencionadas pelo Estado:

	Cr\$
"Monte Carmelo", da cidade de Princesa Isabel	32.000,00
"Padre Rolim", da cidade de Cajazeiras	32.000,00
"Nossa Senhora do Rosário", de Alagoa Grande	32.000,00
"Arruda Câmara", da cidade de Pomhal	36.000,00
"São José", da cidade de Sousa	32.000,00
"Santo Antônio", da cidade de Piancó	90.000,00

ENSINO RELIGIOSO

O programa do ensino religioso foi regularmente observado no exercício de 1959.

Dada a sua importância como fator de formação moral e humana, o Departamento de Educação designará, no corrente ano, em cada sede de Delegacia Regional, um supervisor que terá a seu cargo a superintendência e orientação do ensino religioso, em entendimento com as autoridades eclesiásticas.

3 — CENTRO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISAS

O Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais (COPE), como órgão técnico dêste Departamento, realizou, através de seus diversos serviços as seguintes atividades:

Secção de Medidas

Promoveu o estudo do rendimento da aprendizagem nas unidades escolares, onde foram aplicadas provas para medir o aproveitamento do ano letivo em 1959 e procedeu ao levantamento dos resultados obtidos pelos alunos tendo constatado os seguintes dados:

Compareceram ao exame 11.724 alunos, assim distribuídos pelas diversas séries do currículo:

1º ano	3.124
2º ano	3.088
3º ano	2.842
4º ano	1.975
Complementar	695

Foram considerados inabilitados, 4.310

1º ano	965
2º ano	1.182
3º ano	1.128
4º ano	821
Complementar	214

Esse número de inabilitados determinou as seguintes percentagens no aproveitamento escolar:

1º ano	69%
2º ano	62%
3º ano	60%
4º ano	58%
Complementar	69%

Além disso, o COPE promoveu reuniões com diretoras das unidades escolares da Capital e de Campina Grande, com objetivo de proporcionar-lhes co-

nhecimento das normas indispensáveis à criteriosa realização dos exames.

Em 1960, realizou as seguintes atividades:

Estudo e apuração do rendimento da aprendizagem nas unidades escolares do Estado que se submeteram às provas objetivas finais e de promoção em 1959.

Tabulação das questões aplicadas nas mesmas provas.

Início da elaboração das provas finais para 1960

SECÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Reuniões com as Orientadoras da Capital e professoras auxiliares do serviço, tendo como objetivo uma orientação direta e eficiente sobre a aplicação de técnicas para melhor rendimento da aprendizagem, bem como um permanente contacto entre o Serviço e seus auxiliares.

Apreciação e análise dos planos de trabalhos desenvolvidos pelas orientadoras.

Cooperação na elaboração de provas para o rendimento escolar.

Redistribuição do Serviço de Orientação nas Escolas atendendo-se a cada série de acôrdo com o desenvolvimento do trabalho.

Orientação sobre a aplicação da Cartilha Maravilhosa através de uma publicação distribuída em todo o Estado.

Elaboração e orientação da primeira prova destinada a verificar o rendimento da aprendizagem no primeiro período escolar.

Reuniões semanais com as orientadoras de Ensino, Diretoras de Escolas e professoras de classe, dando-lhes oportunidades para aperfeiçoamento do trabalho escolar e solução das dificuldades encontradas.

SECÇÃO DE PESQUISAS PEDAGÓGICAS

... Estudo do rendimento escolar, baseado em tratamento estatístico, fornecido pela secção de medidas.

Análise das questões aplicadas nas provas objetivas e que tiveram percentagem de acertos inferior a 50% com o objetivo de determinar os fatores responsáveis pelas dificuldades constatadas, dando oportunidade à correção de possíveis falhas na formulação das questões.

Como iniciativa de grande importância para o ensino em nosso Estado, o COPE está realizando um curso de aperfeiçoamento e preparação de diretores de Escolas Primárias, patrocinado pelo INEP, com a cooperação da Secretaria de Educação e Cultura.

4 — COLABORAÇÃO DO INEP

Vem a Paraíba recebendo uma substancial ajuda financeira do Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, não só para construção de edifícios escolares, como também para o seu completo equipamento. Ressalta-se ainda a ajuda de ordem técnica que esse importante órgão do Ministério de Educação vem prestando ao nosso Estado, que consiste em concessão de bolsas de estudos às Professoras do ensino primário, visando a um melhor aprimoramento do nosso professorado.

Várias professoras, selecionadas pela Secretaria de Educação, tiveram oportunidade de estagiar, em 1959, nos mais adiantados centros educacionais do país, destacando-se as que fizeram os cursos de Artes Industriais e que já foram aproveitadas no ensino das técnicas em que se aperfeiçoaram, e que são ministradas nas oficinas recém-construídas pelo INEP neste Estado.

Este ano, outras tantas professoras serão envia-

das ao Rio de Janeiro a fim de fazerem idênticos estágios.

No tocante à ajuda financeira do INEP, o Estado da Paraíba recebeu, em 1959, as seguintes verbas:

Cr\$ 3.500.000,00, do acôrdo de 24|11|1958, destinados à construção de três pavilhões de Artes Industriais, localizados em João Pessoa, Guarabira e Patos, cujas obras já estão concluídas.

Do mesmo acôrdo de 24|11|1958, foram recebidos ainda:

Cr\$ 500.000,00, para ampliação das oficinas de Artes Industriais, anexas ao Instituto D. Adauto e Cr\$ 250.000,00 para ampliação da Escola Profissional José de Anchieta, desta Capital. Além dessas importâncias foram recebidos também Cr\$ 600.000,00, do acôrdo de consolidação de 9|11|1956, para conclusão das Escolas Rurais de Chã de Santo Antônio, do Município de Areia, e de Santa Rita, do município de Patos.

Em abril dêste ano, conforme as ordens telegráficas nºs 299, 300 e 301, recebeu a Secretaria de Educação e Cultura a importância de Cr\$ 1.298.550,00 destinada à construção dos Pavilhões de Artes Industriais de Bananeiras, Cajazeiras e Escola Profissional Pio XII, de Fiancó.

Conscante entendimento havido entre o Governo do Estado, através do seu representante no Rio de Janeiro, e o INEP, novos convênios serão assinados êste ano, para construção de outros Pavilhões de Artes Industriais, que serão localizados em Sousa, Mamanguape e no bairro de Mandacaru, nesta Capital.

5. — CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Êste órgão supervisiona as Escolas de Educação de Adultos e os Centros de Iniciação Profissional.

Mediante convênio assinado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Estado da Paraíba, funcionaram, em 1959, distribuídos por 39 municípios, 209 Escolas de Educação de Adultos, recebendo o Estado,

da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos do MEC, a importância de Cr\$ 1.323.000,00. As despesas verificadas orçaram, até o presente, em Cr\$.. 389.400,00, restando um saldo de Cr\$ 453.600,00, para pagamento dos vencimentos dos professores supletivos.

Contamos com 7 Centros de Iniciação Profissional, localizados em João Pessoa, Santa Luzia, Alagoíña, Areia, Princesa Isabel, Remígio e Cabedelo, para cujo funcionamento foi destinada pelo M.E.C. a verba de Cr\$ 420.000,00.

Este ano, não só as escolas de adultos como os Centros de Iniciação Profissional, terão os seus serviços ampliados com o aumento da rêde de estabelecimento de ensino e sua maior eficiência, como resultado do esforço empreendido pela atual administração

6.—DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

A Divisão de Educação Artística, organizada por Lei nº 338, de 28 de Novembro de 1952, consta dos seguintes serviços:

Bandas e Conjuntos Musicais, Dança, Canto Orfeônico, Teatro, Artes Plásticas, Escola de Música "Antenor Navarro" e Conservatório de Canto Orfeônico e Teatro.

Canto Orfeônico

Compreende o ensino de Canto Orfeônico nos Grupos Escolares da Capital, fazendo parte do quadro 27 professores. Tem como finalidade a disciplina, o civismo e a arte, realizando o aprendizado dos Hinos Oficiais, canções e marchas patrióticas, e jogos musicados.

Escola de Música "Antenor Navarro"

Sua matrícula este ano é de 195 alunos distribui-

dos pelos seguintes cursos: Iniciação Musical, Teoria e Solfejo, Piano, Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo, Instrumentos de Sôpro, Harmonia, contraponto, Canto Coral e Música de Câmera. Seu corpo docente é composto de 10 professores contratados pelo Governo, além de 4 em caráter particular.

Realizou em 1959 2 audições e 1 concôrto de 3 alunas de curso médio de piano. Além disso, também dois concursos intítulados: Concurso Infantil, prêmio Maria Lúcia Oliveira e Concurso Juvenil, prêmio Gazzi de Sá. Deles tomaram parte alunos da Capital e de Campina Grande.

Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba

Equiparado ao Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, está em vias de reconhecimento federal, sendo quase sempre visitado por Inspetores designados pelo Ministério de Educação. Tem como finalidade a preparação de professores de Canto Orfeônico, mantendo um Curso de Preparação (1 ano) e um de Especialização (2 anos). Já apresentou 3 turmas de concluintes que já se acham de posse dos seus Registros para o ensino de Canto Orfeônico em qualquer parte do País.

Teatro Santa Rosa

Pertencente à Divisão, sempre de portas abertas para a cooperação das entidades artísticas do Estado e de grupos estranhos que se apresentem na Capital.

Além dos serviços acima especificados, mantém a D. E. A. e CORAL VILLA-LOBOS, composto de 35 moças, figurando nele tôdas as professoras de Canto Orfeônico da Capital, assim como alunas do Conservatório de Canto Orfeônico e Escola de Música "Antenor Navarro".

Quartêto da Paraíba

Uma das grandes realizações desta Divisão é a formação do Quartêto da Paraíba, constituído de 4 professores contratados pelo Governo cujo interesse

e entusiasmo vem incentivando o ideal musical do Estado.

7 — SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO

Com a finalidade de colaborar com as escolas e entidades culturais, bem como de levar a educação recreativa às massas, tem êste serviço feito, semanalmente, exhibições de películas, não só nas sedes das agremiações públicas e particulares, que o procuram, como também, publicamente, nos bairros da Capital.

No corrente ano foram realizadas 146 projeções, tendo sido exibidos 323 filmes, com a assistência de 18.450 pessoas.

Êste serviço cedeu, por empréstimo, 132 filmes e prestou assistência técnica a 5 instituições particulares.

8 — DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA

Êste órgão, que é subordinado à Secretaria de Educação, vem cumprindo as suas finalidades que visam principalmente à incrementação das atividades culturais e artísticas da Paraíba.

No corrente ano, a D. D. C. promoveu diversos conclaves no setor das letras e das artes patrocinando Concursos Literários, palestras educativas, exposições, representações teatrais, e orientando de uma maneira geral, tôdas as atividades de interêsse da Cultura em nosso Estado.

A Divisão de Documentação e Cultura promoveu três concursos literários, que se denominaram "José Lins do Rêgo", "Augusto dos Anjos" e "Alcides Bezerra" destinados a premiar os melhores trabalhos inscritos no gênero de prosa, poesia e ensaio. Esses prêmios, instituídos por diploma legal competente, tiveram a participação dos elementos de maior expressão da literatura paraibana.

Dentro do programa de difusão cultural no seio

das messas, esta Divisão levou a efeito a instalação de Bibliotecas Populares, já se encontrando em funcionamento quatro dêsses organismos culturais, nos bairros de Cruz das Armas, Jaguaribe, Róggers e Ilha do Bispo.

E' do programa da Divisão estender essa rêde de bibliotecas públicas, já tendo sido iniciados estudos para a instalação de duas na cidade de Campina Grande. devendo a primeira dessas entrar em funcionamento ainda neste semestre.

Coleção Paraibana

Continuando a publicação de livros da Coleção Paraibana -- Criada com a finalidade precípua de divulgar obras de autores paraibanos e organizada pela D. D. C. -- foram editados êste ano três trabalhos: "Serpente Alada", poema dramático do poeta Vanildo de Brito; "Rimas Esparsas", de Audhemar Peregrino" laureado com o "Prêmio Augusto dos Anjos" e "Regulamentação da Profissão dos Licenciados por Faculdade de Filosofia", de Valdo Lima.

RADIO TABAJARA

A emissora oficial do Estado também passou por vários melhoramentos, não só em seu departamento técnico como também em sua parte artística.

Em 1959 foi adquirida da firma Produtos Elétricos Brasileiros uma MESA DE CONTRÔLE, já em funcionamento. Para o serviço de transmissões externas. foi comprado um carro "Rural WILLYS", como também feita aquisição de diversas válvulas para recuperação do transmissor de ondas curtas.

Êste ano caracterizou-se por serviços de maior vulto e maior profundidade.

A orquestra sofreu sensível reforma, no intuito de melhorar o seu repertório.

Sob o ponto de vista estético foram realizadas

modificações no auditório, tudo obedecendo ao maior rigor da moderna técnica de decoração, tendo para tal, sido contratados técnicos especializados no assunto. Esses trabalhos estenderam-se, também, à sala de controle e cabine de locução. Com a cessão pela Secretaria de Educação e Cultura do andar térreo do prédio, ali foram instalados os seguintes departamentos: Comercial, Artístico, Tesouraria e Redação, o que veio minorar a situação de precariedade do espaço essencial de trabalho. Procedeu-se, também, à reforma total da discoteca, com a aquisição de novos discos, em especial, "long-plains". Esses melhoramentos importaram na quantia de oitocentos mil cruzeiros, aproximadamente. Para o Departamento de Redação, foram adquiridas duas novas máquinas de escrever, assim como três "bureaux" novos e modernos.

No entanto, a obra de maior vulto e de maior necessidade para a nossa estação, era exatamente a recuperação total do nosso transmissor de dez "kilowatts", cujo funcionamento deficiente vinha prejudicando, sensivelmente a penetração pelo Brasil afora de nossas irradiações. Para tanto foi enviado um técnico a São Paulo, onde teve oportunidade de estagiar na firma fabricante do referido transmissor, a PHILIPS S/A DO BRASIL, para compra do material necessário, a fim de que o transmissor de ondas médias volte a ter a sua potência normal. O total da compra do material importou em um milhão e setecentos mil cruzeiros. Foi adquirida outra mesa de controle do último modelo, da conhecida marca alemã "TELEFUNKEN"; todos esses materiais técnicos devem ser juntados, ainda, a dois gravadores portáteis

MUSEU DO ESTADO

Devido à escassez de verbas, o Museu do Estado poucas atividades realizou êste ano que mereça registro.

O taxidermista conseguiu naturalizar as seguintes peças. 6 equinodermas, 4 crustáceos, 22 peixes, 16 aves e 4 mamíferos.

9 — SISTEMA RADIOEDUCATIVO DA PARAÍBA

O Sistema Rádioeducativo da Paraíba está funcionando normalmente com aulas irradiadas nas terças e quintas-feiras, nos horários de 15 e 20 horas

Funcionam atualmente 16 Escolas Radiofônicas, nos bairros de Cruz das Armas, Varjão, Mandacaru, Torre, Sta. Júlia, Ilha Índio Piragibe, Pindobal e Cabedelo

Os 15 aparelhos receptores distribuídos à cidade de Campina Grande, infelizmente, continuam sem função, desde que as condições técnicas da Rádio Tabajara, não permitem a audição das aulas naquela cidade.

Durante o corrente ano estão sendo irradiados um Curso de Puericultura e um Curso de Recreação, estando planejada a transmissão do curso da alfabetização.

FACULDADE DE FARMA'CIA DA PARAÍBA

De acôrdo com o Decreto nº 1.927, de 5 de Maio do corrente ano, o Govêrno do Estado promoveu os meios de funcionamento da Faculdade de Farmácia da Paraíba, que ficou encampada pelo Estado e subordinada administrativamente à Secretaria de Educação e Cultura.

Concorreu, também, o Govêrno para o seu reconhecimento oficial, que foi autorizado pelo Decreto Federal nº 48.147, de 29 de Abril dêste ano, ficando assim, concretizada, neste setor, mais uma iniciativa de grande alcance que prestará assinalados benefícios a nossa mocidade estudiosa e dará maior expansão à

cultura superior da Paraíba, como centro de preparação profissional e técnica, cuja necessidade já se fazia sentir entre nós.

Para fazer face às despesas decorrentes da instalação e funcionamento da Faculdade de Farmácia, foi aberto à Secretaria de Educação e Cultura um crédito de Cr\$ 300.000,00.

Já se realizaram os exames vestibulares dessa Faculdade, com a aprovação de 20 candidatos dos 57 inscritos, devendo as aulas começar no próximo mês.

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não foi das mais lisonjeiras a situação encontrada neste setor no que tange à disponibilidade das verbas orçamentárias.

Sente-se, assim, o Chefe do Executivo tolhido e quase manietado nas atividades que poderia exercer, caso fôsseem outras suas possibilidades financeiras.

A despeito de tão dura contingência, a Secretaria de Saúde e Assistência Social vem realizando, dentro de suas minguadas possibilidades, obra útil, de efeito imediato e positivo.

De início, viu-se a braços com os flagelados de Cruz do Espírito Santo. Com a colaboração de outros órgãos federais, estaduais e municipais, prestou toda a assistência às vítimas das enchentes, naquela comuna.

Medicamentos, roupas, alimentos e outros auxílios foram, de pronto, levados à zona atingida.

Médicos, enfermeiros e assistentes sociais foram mobilizados para o atendimento daqueles flagelados.

Além da assistência imediata prestada, não descurou a Secretaria de Saúde e Assistência Social do aspecto profilático do problema que a inundação poderia trazer. Dessa forma, vacinação intensa se fez, prevenindo um possível surto de tifo e de varíola. E tão a tempo se tomou esta medida que, decorridos, já, cerca de dois meses, nenhum caso daquelas moléstias se verificou.

Procede-se, no momento, à remodelação do Centro de Saúde local. Especial cuidado se dispensa a seu equipamento, às suas instalações, inclusive de água e esgotos, bem como o seu arsenal de medicamentos. Atualmente, acha-se em plena execução um intensivo serviço de vacinação anti-tífico, nos distritos municipais.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

O Departamento de Saúde, órgão subordinado à Secretaria de Saúde e Assistência Social, controla e superintende as atividades dos seguintes serviços:

- a) Diretoria do D. S.
- b) Divisão Administrativa
- c) Divisão Técnica
- d) Divisão de Laboratórios
- e) Divisão de Proteção, à Maternidade, à Infância e à Adolescência
- f) Divisão dos Serviços Distritais

As novas diretrizes adotadas pelo Departamento de Saúde permitiram o seguinte resultado:

LEGISLAÇÃO

Para as construções de unidades sanitárias do interior foram abertos créditos da quantia de Cr\$ 2.650.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), assim distribuída:

Decreto nº. 1.789, de 12—1—1960	
Construção do prédio do Posto de Saúde de Prata	Cr\$ 100.000,00
Lei nº. 2.231, de 11—4—1960	
Construção do prédio do Posto de Saúde de Destêrro	Cr\$ 400.000,00
Lei nº. 2.232, de 11—4—1960	

Construção do prédio do Pôsto de Saúde de Araçagi	Cr\$ 400.000,00
Lei nº. 2.233, de 11—4—1960	
Construção do prédio do Pôsto Médico na vila de Imaculada, do município de Teixeira	Cr\$ 600.000,00
Lei nº. 2.234, de 11—4—1960	
Construção do prédio do Pôsto de Saúde de Mulungu	Cr\$ 400.000,00
Lei nº. 2.235, de 11—4—1960	
Construção do Pôsto de Saúde da Vila de Araçagi — Município de Guarabira	Cr\$ 400.000,00
Lei nº. 2.252, de 20—5—1960	
Construção do Pôsto de Higiene de Jericó	Cr\$ 350.000,00

Pela Lei nº. 2.222, de 7.3.1960, foi reestruturada a carreira de Médico, do Quadro Permanente do Estado.

Os Dentistas também foram contemplados com uma reestruturação, conforme Lei nº. 2.247, de 20.5.1960.

II — NOVOS SERVIÇOS

Conforme autorização verbal do então Secretário de Saúde, foi instalado, em data de 23.2.1960, o Ambulatório de Mandacaru, nesta Capital.

III — DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa, que responde pela organização do expediente do Departamento de Saúde, registrou o seguinte movimento, através de suas seções:

Ofícios recebidos	889
Ofícios expedidos	333

Para os Centros de Saúde de João Pessoa e Campina Grande, Centro de Puericultura de Cruz das Armas, Posto de Puericultura "Teixeira de Vasconcelos" e Ambulatórios localizados na Capital, e unidades sanitárias nas demais cidades, dispendeu o D. S. a importância de Cr\$ 2.427.370,10 (dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta cruzeiros e dez centavos), assim discriminada:

Drogas e medicamentos	1.220.449,40
Material de enfermagem	91.721,10
Combustíveis e lubrificantes	19.480,40
Material de expediente	100.478,70
Material permanente	821.320,00
Tecidos em geral	6.940,00
Material de laboratório	15.342,80
Material de asseio	151.637,70

Para o Centro de Puericultura de Cruz das Armas e Centro de Saúde de João Pessoa, foram adquiridos gêneros alimentícios no total de Cr\$ 358.332,00 (trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros).

DADOS ESTATÍSTICOS

LABORATÓRIO CENTRAL

a) SECÇÃO DE BACTERIOLOGIA

Exames de:	
urina	2.523
fezes	2.111
escarro	381
sangue	366
Outros exames	43

b) SECCÃO FARMACEUTICA

Fórmulas aviadas 1.086

c) SECCÃO QUÍMICA

Análises prévias 29
Exames fiscaes 194
Outros exames 3
Requerimentos informados 19

CENTRO DE SAÚDE DA CAPITAL

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Inscrições em D. T. 118
Visitas pelo médico na área mínima 31
Visitas pela visitadora 1.098

Imunizações:

a) contra varíola (exceto revacinações) 7.100
b) febre tifóide (1a. e 2a.) 82
c) coqueluche (1a. e 2a.) 54
d) difteria 54
e) tétano 3

EXAMES DE SAÚDE

Nº. de inscrições em exames de saúde 201
Total de exames de saúde 962
dos quais:
a) manipuladores de gêneros alimentícios 104
b) professores 142
c) escolares 331
d) outros 385

HIGIENE MATERNA

Inscrições em higiene materna	184
1as. consultas	184
a) antes do 4º. mês de gestação	62
b) do 4º. ao 6º mês	79
c) do 7º ao 9º mês	43
Consultas pré-natais	159
Amostras de urina examinadas	246
Total de comparecimentos	386

HIGIENE INFANTIL

Inscrições em higiene infantil	193
1as. consultas	260
a) com menos de 1 mês	21
b) de 1 a 6 meses	128
c) de 7 a 12 meses	111
Total de consultas	721

HIGIENE PRÉ-ESCOLAR

Inscrições em higiene Pré-escolar	371
1as. consultas	451
a) de 12 a 23 meses	67
b) de 2 a 6 anos	228
c) de 7 a 14 anos	156
Total de consultas	619

LACTÁRIO

Inscrições novas	39
Lactantes suspensos	39
a) ordem médica	19
b) abandono	17
c) óbito	3
Nº. de lactantes que passaram para o mês seguinte	98
Total de comparecimentos	11.540

Lente em pó consumido (Kg.)	1.409
Farinhas consumidas (Kg.)	233

SERVIÇO DE POLÍCIA SANITÁRIA

Gêneros alimentícios apreendidos e inutilizados.

a) em quilogramos	7.091
b) em latas	70
c) em pacotes	6
d) em litros (leite de vaca)	767
e) em unidades (frutos)	12.981
f) animais vivos (galináceos)	16
g) diversos	30

Atividades diversas:

Visitas sanitárias:

a) por médico	46
b) guarda	6.539
c) habitações visitadas	951
d) estabelecimentos visitados, de venda e consumo de gêneros alimentícios	5.359
e) visitas a fábricas de produtos alimentícios	27
f) outras visitas	202

Outros serviços:

a) "Habite-se" concedidos	259
b) Fossas inspecionadas	1.019
c) Licenças concedidas	178
d) Intimações expedidas	209
e) Intimações para carteira de saúde	80

DIVISÃO TÉCNICA

SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Receitas recebidas	642
Mapas de entorpecentes recebidos	256

Extrações dentárias	3.045
Exames de saúde	973
Injeções aplicadas	15.502
Outras medicações fornecidas	22.754
Pequenas intervenções	2.151
Visitas de inspeções	6.463
In. petoria Sanitária	
Fossas construídas	467
Fossas melhoradas	145
Gêneros alimentícios inutilizados	4.156

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA HOSPITALAR

O Departamento de Assistência Hospitalar, criado de acôrdo com a Lei nº. 2 167, de 8 de Maio de 1930, foi instalado nos últimos dias do ano próximo passado.

E, sendo assim, êsse Departamento vem, desde sua instalação, procurando integrar-se dentro de suas finalidades, isto é. assistir, controlar, fiscalizar ou mesmo administrar todos os estabelecimentos hospitalares, tanto os da Capital como os do interior do Estado.

Em verdade, os serviços de Assistência Hospitalar, estão necessitando de meios necessários para a completa e integral dinamização de cada um dêles. A deficiência da quase totalidade das unidades hospitalares da Paraíba é flagrante. Essas unidades vão, realmente, prestando serviços, no que diz respeito à internação e ao tratamento de doentes que estão a exigir cuidados médicos em geral, ou especializados.

Entretanto, em virtude mesmo das precárias condições financeiras do erário estadual, torna-se impossível conseguir que tôdas as unidades de assistência hospitalar cumpram rigorosamente as suas próprias destinações. Contudo, apesar das duras realidades que, no momento, a Paraíba vem atravessando, não se pode subestimar os esforços empreendidos pelos médicos e seus auxiliares no sentido de bem

atender a todos os doentes que batem às portas dos hospitais, em nosso Estado.

Relativamente à Capital, tem-se de levar em consideração que está em pleno funcionamento o Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil, onde são acolhidos os menores anormais. Esse Hospital, cuja capacidade é de 100 leitos, está perfeitamente integrado em sua alta finalidade.

O Manicômio Judiciário e a Colônia Juliano Moreira, apesar de grande número de doentes internados, estão funcionando regularmente. O Clementino Fraga, transformado, hoje, em um moderno Sanatório para tuberculosos, está em plena atividade, graças à cooperação da Campanha Nacional de Tuberculosos. A Colônia Getúlio Vargas continua em condições bastante satisfatórias e todos os leprosos do Estado estão sendo atendidos e obrigados, de acordo com as mais modernas normas para o atendimento de enfermos desse gênero. O Pavilhão "Guedes Pereira", entregue atualmente, mediante convênio, à Faculdade de Medicina, está sendo mantido, em virtude de uma subvenção anual do Governo, no valor de três milhões de cruzeiros. Os demais estabelecimentos hospitalares desta cidade, como o Santa Isabel e o São Cristóvão, embora mantidos e administrados por Instituições privadas, estão contemplados no orçamento do Estado. E essas subvenções vão, de certo modo, aliviando as dificuldades financeiras de todos eles.

O mesmo fenômeno vem sucedendo no interior. Há, realmente, uma vasta rede hospitalar em todo o território da Paraíba. Toda essa rede, porém, está carecendo, e de modo urgente, de pessoal e de equipamento adequados.

Isto se verifica não só em Campina Grande, Guarabira, Cajazeiras e Patos, mas também nos mais diversos municípios do Estado.

Este Departamento, porém, já está levantando um quadro **demonstrativo da situação real** de tôdas as Unidades que o integram, ou que a êle estão vinculadas. Esta também planejando, de acôrdo com a técnica moderna, o reaparelhamento, reequipamento e, sobretudo, uma redistribuição do pessoal destinado a servir nos hospitais, cujos quadros são por demais reduzidos, a fim de se conseguir um razoável atendimento dos enfêrmos das mais diversas áreas em que se divide o Estado, conforme se pode facilmente apreender da seguinte distribuição, feita através dos órgãos hospitalares que compõem todos os serviços mantidos ou subvencionados pelo Govêrno:

- Casa Maternal "Dr. João Moura", de Campina Grande;
- Hospital Infantil "Walfredo Guedes Pereira", desta Capital;
- Hospital "São Cristóvão", desta Capital;
- Hospital "Pedro I", de Campina Grande;
- Hospital "Sá Andrade", de Sapé;
- Hospital "São Vicente de Paula", de Princesa Isabel;
- Hospital Regional de Cajazeiras;
- Hospital Regional de Patos;
- Hospital Regional de Guarabira;
- Hospital e Maternidade São Vicente de Paula, de Itabaiana;
- Hospital e Maternidade "Maria Júlia Maranhão", de Araruna;
- Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, desta Capital;
- Maternidade de Bananeiras;
- Maternidade "Silva Mariz", de Catolé do Rocha;
- Maternidade Municipal "Elpídio de Almeida", de Campina Grande;
- Maternidade "Ana Bezerra Paraguai", de Monteiro;
- Maternidade Municipal de Mamanguape;

Obras de Amparo ao Berço, d|Capital;
Obras de Amparo ao Berço de Catolé do Rocha;
Casa de Saúde e Maternidade “N. S. de Fátima”,
de Araruna;

Obras de Amparo ao Berço, de Brejo do Cruz;
Favilhão de Tuberculosos, anexo ao Hospital Re-
gional de Cajazeiras;
Santa Casa de Misericórdia, para o Hospital
“Santa Izabel”, d|Capital;
Hospital e Maternidade de Pombal;
Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha”, d|
Capital;

Asilo do Bom Pastor, d|Capital;
Asilo Deus e Caridade, de Campina Grande;
Asilo da Velhice Desamparada, de Itabaiana;
Abrigo “Melo Matos”, d|Capital;
Casa de Caridade “Santa Fé”, de Arara, (Serra-
ria);

Casa “Pedro Américo”, de Areia;
Instituto “São José”, d|Capital;
Instituto dos Cegos da Paraíba;
Instituto “Dom Adauto”, d|Capital;
Instituto de Proteção e Assistência à Infância
da Paraíba;

Orfanato Dom Ulrico, d|Capital;
Orfanato “São José”, de Princesa Isabel;
Preventório “Eunice Weaver”, d|Capital;
Serviço de Assistência aos Inválidos e Abandona-
dos. de Cajazeiras;
“Lar do Garoto”. de Campina Grande;
Obras de Proteção à Maternidade e Infância, de
Souza, Mantenedora da Maternidade “Lídia
Meira”;

Associação de Proteção aos Menores Abandona-
dos e Assistência à Maternidade, de Coremas, etc.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

— Situação Financeira —

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO

Dotação Orçamentária	Quantia empenhada	Saldo
Cr\$ 11.533.200,00	Cr\$ 2.903.326,00	Cr\$ 8.629.974,00

ESCOLA PROFISSIONAL "PRESIDENTE JOÃO PESSOA"

Cr\$ 4.666.000,00	Cr\$ 1.434.000,00	Cr\$ 3.232.000,00
-------------------	-------------------	-------------------

ALBERGUE DO ESTADO

Cr\$ 2.016.000,00	Cr\$ 566.000,00	Cr\$ 1.450.000,00
-------------------	-----------------	-------------------

ABRIGO DE MENORES "JESUS DE NAZARETH"

Cr\$ 3.623.110,00	Cr\$ 975.300,00	Cr\$ 2.657.810,00
-------------------	-----------------	-------------------

Na consignação sob a rubrica "GRATIFICAÇÕES DIVERSAS", verificou o atual govêrno que 90% de seu total já haviam sido empenhados e gastos, restando, assim, para o período entre 13 de Março e 31 de Dezembro, apenas, 10%, ficando, dessarte, o D.S.S. na impossibilidade de cumprimento normal de suas atividades, neste setor.

DIVIDAS ENCONTRADAS:

Departamento do Serviço Social ..	Cr\$ 430.290,70
-----------------------------------	-----------------

Albergue do Estado	Cr\$	619.078,90
Escola Profissional "Pres. João Pessoa"	Cr\$	693.389,00
		<hr/>
TOTAL	Cr\$	1.742.758,60

CENTROS SOCIAIS

A maioria dos Centros Sociais estavam fechados e os que estavam em funcionamento a sua situação era das mais precárias. Foi instalado o Centro do bairro de Cruz das Armas, devidamente aparelhado para atender aos mais justos reclamos do povo daquele importante núcleo populacional de nossa cidade.

ASSISTÊNCIA A MENORES

Grave é o problema da assistência ao menor desamparado. A ação governamental, neste setor, tem se feito sentir através do Abrigo de Menores Jesus de Nazareth, da Escola Profissional "Presidente João Pessoa" e do Núcleo Social da Rua Diogo Velho.

ESCOLA PROFISSIONAL "PRESIDENTE JOAO PESSOA"

TRATA-se de Estabelecimento de mais alta significação no Campo da Assistência Social desenvolvida pelo Estado. Recomendou o Governo a ampliação dos serviços ali já existentes, como secções de aprendizagem de Carpintaria, Sapataria, Tipografia, Apicultura e Avicultura, além de ter determinado o aproveitamento das terras que fazem parte de seu patrimônio na prática da agricultura, medida que, de um lado, acarreta a produção de gêneros de primeira necessidade para a subsistência do pessoal da Escola e com economia das mais valiosas, além de ser essa prática do aproveitamento dos alunos nas lides rurais, altamente educativa, na formação de

hábitos de trabalho e de valorização do homem. A respeito dêsse novo aspecto da política do govêrno, vale ressaltar, como depoimento dos mais valiosos, o do Exmo. Sr. Dr. Onildo Farias, Juiz de Menores da Capital, divulgado pela imprensa paraibana.

INCENTIVO À AÇÃO PRIVADA

A fim de estimular as obras sociais de natureza privada, o Govêrno do Estado subvencionou, no corrente exercício, 24 unidades, dando-lhes ajuda financeira num montante de Cr\$ 2.066.000,00.

SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O nosso Estado tem na agro-pecuária as bases de sua economia, e no campo a grande massa de sua população cujo ritmo de progresso depende, em grande parte, do estímulo, da assistência que o Poder Público possa lhe proporcionar, como um imperativo de boa sistemática administrativa.

Daí porque, recebendo a Chefia do Executivo, cogitei de examinar com o máximo de carinho os problemas afetos a êsse importante setor governamental, para a adoção de medidas que viessem a corresponder aos justos anseios da comunidade rural do Estado.

Verificou-se, de início, que as dotações orçamentárias desta Pasta não tinham sido liberadas até 17 de Março, o que deveria ter ocorrido em regime prioritário, tendo em vista a natureza especial das tarefas que lhe são afetas.

Com efeito, iniciado o inverno, devem estar os postos agrícolas e as unidades de assistência à pecuária devidamente aparelhados para a imediata ajuda aos lavradores e criadores. Os Postos agrícolas, com sementes selecionadas, cultivadores e respectivos implementos, enxadas, inseticidas, pulverizadores, fungicidas, etc, para revenda ao lavrador, a preço de custo e em tempo oportuno, facilitando-lhe o amanho da terra e a conquista de resultados mais compensadores; os Postos pecuários, além de care-

cerem de animais de linhagem para a seleção e multiplicação dos rebanhos, exigem produtos veterinários para ataque às moléstias que tanto dizimam os rebanhos de nossa debilitada fauna bovina.

Com um inverno antecipado como o deste ano, mesmo já em relativo destempero, recomendei providências imediatas, para minorar os efeitos decorrentes do descaso a que fôra relegado o camponês paraibano, tais como:

ZONAS AGRÍCOLAS

Nas seis Zonas Agrícolas do Estado o Departamento da Produção vem prestando assistência material e orientação técnica ao homem do campo, pela distribuição de sementes, inseticidas e fungicidas, a preço de custo, da venda de pulverizadores, enxadinhas de cultivadores, enxadas manuais e da criação de campos básicos em regime de cooperação para o aumento da produção de algodão de fibra longa e média, não se tendo descurado do combate às pragas por meio de inseticidas sistêmicos.

PRODUÇÃO ANIMAL

As secções de Avicultura, Suinocultura de Bovinos e Equídeos estão em pleno funcionamento. Plantéis de reprodução de raças nobres com linhagens selecionadas, atendem aos pedidos de instituições e dos proprietários.

CRÉDITO RURAL

Cooperativismo

O crédito rural de que tanto carece o agricultor, vem sendo estimulado através da Caixa de Crédito Mobiliário da Paraíba e do Departamento de Assis-

tência ao Cooperativismo. A Caixa de Crédito cabe o financiamento às Cooperativas do Estado, cujas operações vêm a seguir relacionadas, sem embargo de novos financiamentos, no montante de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) pelo Banco do Brasil e do Nordeste, verba já devidamente liberada para essa finalidade; ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, incumbe a parte de assistência técnica e jurídica, o incentivo ao desenvolvimento de nosso sistema cooperativo, por meio de campanha educativa capaz de associar os rurícolas e vinculá-los pelos laços da solidariedade.

RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS JÁ FINANCIADAS PELA CAIXA DE CRÉDITO MOBILIÁRIO DA PARAÍBA

N ^o s.	N O M E S	Importância
1—	Cooperativa Agrícola Mista de Cajazeiras	Cr\$ 745.000,00
2—	Coop. de Crédito Agrícola de Sumé	420.000,00
3—	Coop. de Crédito Agrícola de Conceição	790.000,00
4—	Coop. de Crédito Agrícola de Queimadas	720.000,00
5—	Coop. Agrícola Mista de Piranhas	1.550.000,00
6—	Coop. Agrícola Mista de Ibiara ..	390.000,00
7—	Coop. de Crédito Agrícola de Tapeiroá	1.091.000,00
8—	Coop. de Crédito Agrícola de Sousa	1.630.000,00
9—	Coop. Agrícola Mista de Pedra Lavrada	950.000,00
10—	Coop. de Crédito Agrícola de Sousa	55.000,00
11—	Coop. de Crédito Agrícola de Araruna	800.000,00
12—	Coop. de Crédito Agrícola de Ma-	

manguape	1.300.000,00
13—Coop. Agrícola Mista de Gurjão	535.000,00
14—Coop. Agrícola Mista de Cordeiros	360.000,00
15—Coop. Banco Rural de Picuí . . .	900.000,00
16—Coop. de Crédito Agrícola de Santa Rita	900.000,00
17—Coop. Agrícola Mista de Solânea	500.000,00
18—Coop. Agrícola Mista de Joazeirinho	720.000,00
19—Coop. Agro-pecuária de Joffily . .	1.100.000,00
20—Coop. de Crédito Agrícola de Santa Luzia	1.000.000,00
21—Coop. Agrícola Mista de Serraria	960.000,00
22—Coop. Agrícola Mista de Tacima	335.000,00
23—Coop. de Crédito Agrícola de Sapé	1.000.000,00
24—Coop. Agrícola Mista de Cabaceiras	500.000,00
25—Coop. de Crédito Agrícola de Manguape	404.000,00
26—Coop. Agrícola Mista de Serra da Raiz	400.000,00
TOTAL	Cr\$ 20.055.000,00

SUGESTÕES E PLANOS

Necessita o Departamento de Assistência ao Cooperativismo de ampla reorganização, o que será feito em tempo oportuno.

Cuidará o Governo de aparelhar essa Instituição de pessoal técnico especializado em maior número e de recursos materiais, para, em conjunto com a ANCAR • FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DA PARAÍBA, promover ampla campanha educativa em todo o Estado, sob a forma de verdadeira cruzada redentora, da qual não ficarão ausentes os educadores paraibanos, o nosso clero e quantos se dedicarem ao estudo dos problemas sociais na Paraíba

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

CLASSIFICAÇÃO (Kg.)

Produção classificada de algodão	10.397.973
Produção classificada de sisal	28.877.629
Produção classificada dos demais produ- tos	2.533.344
TOTAL	44.808.937

FINANCIAMENTO PELO BANCO DO BRASIL S/A (Kg.)

Algodão financiado ou adquirido pelo Banco do Brasil S/A	1.012.756
---	-----------

CABOTAGEM DE ALGODÃO (Kg). POR ESTADOS

São Paulo	3.116.185
Pernambuco	2.532.442
Rio de Janeiro	1.673.341
Minas Gerais	1.164.632
Alagoas	473.055
Santa Catarina	355.125
TOTAL	9.314.780

CABOTAGEM DE FIBRA DE SISAL (Kg.), POR ESTADOS

São Paulo	598.984
Pernambuco	436.212

Canadá	100.000
Finlândia	100.000
Yugoslávia	99.998
Argentina	92.291
Áustria	65.000
Inglaterra	50.000
Suécia	10.000
TOTAL	26.705.895

RESUMO DA CABOTAGEM E EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS CLASSIFICADOS (Kg.)

Algodão	10.677.983
Fibra de sisal	28.311.197
Demais produtos	2.533.344
TOTAL	41.522.524

Em igual período foram expedidos 3.000 certificados de classificação, 80 ofícios e 60 telegramas.

Vale esclarecer que não se registrou reclamação de qualquer natureza por parte dos mercados importadores mencionados, sobre a classificação dos produtos pelos mesmos recebidos. Ao contrário, toda a correspondência desses centros consumidores de nossos produtos classificados, dirigida quer para a Diretoria do Serviço de Economia Rural, com sede no Rio de Janeiro, quer diretamente para este Serviço, é francamente elogiosa à qualidade das mercadorias recebidas.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Sentiu o Governo a necessidade de urgentes providências nesse setor. A constituição do Conselho e a posse dos seus membros foram realizadas, como medida inicial indispensável ao funcionamento regular do órgão de planejamento. Verificou-se, desde

logo, a impropriedade institucional do Conselho, criado por simples decreto executivo, numa situação jurídica, portanto, que não corresponde à natureza e importância de suas funções. Por outro lado, não existiam registros das suas atividades, nem mesmo sendo encontrada uma simples ata de reunião.

ARTICULAÇÃO COM A SUDENE

Outra carência fundamental ocorria no plano da articulação dos trabalhos com as atividades de estudos e planejamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o que não pode ser admitido, em face dos extensos recursos humanos e materiais da organização regional e de suas próprias atribuições legais, do âmbito de toda a área nordestina. Um dos primeiros atos da Secretaria Geral foi a promoção de um contacto mais íntimo com a Sudene para 1961, da qual participaram o Governador o Secretário Geral e Consultores Técnicos do Conselho com dirigentes e técnicos do órgão regional e, sobretudo, com a discussão do plano Diretor da Sudene, o que se positivou com os entendimentos entre do Estado e os Consultores da Secretaria Geral, nos primeiros dias de maio corrente, no Recife.

Promoveu o Governo uma reunião do Plenário do Conselho, presentes Secretários de Estado, representantes de Classe, Diretores de Departamentos e seus Consultores Técnicos, ocasião em que foram amplamente discutidos os diversos aspectos do Plano Diretor para o Nordeste e examinadas detidamente suas implicações com os interesses da Paraíba, ficando, então, constituída uma comissão de representantes do Poder Público e da iniciativa privada para a elaboração das Comemorações e reivindicações do nosso Estado, nos quadros do referido plano.

COOPERATIVISMO

Foi realizado um curso de formação de gerentes de cooperativas agrícolas. Visando a complementar essa providência procederam-se a estudos e levantamentos que indicaram a urgente necessidade de revisão da política do governo com relação aos recursos destinados à Caixa de Crédito Mobiliário e, através desta, às cooperativas agrícolas. Verificou-se grave deficiência no recolhimento das contribuições legais, à Caixa de Crédito, o que não podia coadunar-se com uma política efetiva de expansão do movimento cooperativista. Elementos de informação fôram coligidos para uma nova diretriz do Executivo.

Tomaram-se, ainda, medidas para regularização e distribuição de ações especiais da SANESA (Saneamento de Campina Grande, Sociedade Anônima), para o que foi solicitado parecer da Procuradoria Fiscal do Estado.

OUTRAS ATIVIDADES

Prosseguiram as atividades normais de apreciação dos processos de isenção de impostos para as novas indústrias em instalação no Estado, tendo sido despachados, no atual período, cêrca de uma dezena de novos pedidos, cuidando-se do mais rápido encaminhamento dos mesmos.

A Secretaria Geral propôs a extinção do Grupo de Trabalho para a Industrialização do Calcáreo, tendo em conta os trabalhos de maior monta e eficiência previstos pela SUDENE e o encaminhamento de medidas visando à implantação de indústrias de exploração mineral, em nossa faixa litorânea.

Prosseguem os estudos relativos à situação da nossa estrutura de planejamento, tendo em vista a organização adequada do Conselho do Desenvolvimento e demais providências necessárias a um tra-

balho eficiente, com a revisão da aparelhagem complexa existente, onde se situam entidades como a Comissão de Planejamento e Projetos e o Banco do Fomento da Paraíba, cuja existência é, simplesmente, formal, sem possibilidades reais de funcionamento, tanto de ordem técnica, quanto de ordem econômico-financeira.

Os técnicos da Secretaria Geral acompanharam as atividades da missão de especialistas franceses em problemas de mercado e abastecimento, que, contratados pela SUDENE, fizeram uma visita de estudos ao nosso Estado, nos princípios do mês de Maio do corrente ano.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

Valor discriminativo da receita havida até Maio do corrente ano:

PRÊMIOS DE SEGURO

Essa receita foi realizada em Cr\$ 7.179.467,30. Decorrente do reajustamento salarial havido no Estado, a arrecadação neste ano, afora o aumento vegetativo, promete números bastantes elevados. Cr\$ 30.000.000,00, segundo os últimos cálculos.

TAXAS E EMOLUMENTOS

A tramitação regular dos vários processos em curso, bem como os serviços prestados pelo Ambulatório da Instituição, de acôrdo com o regulamento, obrigam aos interessados o pagamento de taxas para cobertura de expediente, as quais nesse período atingiram a Cr\$ 46.496,20.

RECEITA PATRIMONIAL

O capital de cobertura movimentado neste qua-

drimestre permitiu a arrecadação de juros totalizados em Cr\$ 214.500,00.

Estão incluídos dêsse valor os juros de amortização de casa e dos empréstimos a longo prazo, em virtude de somente serem apurados no fim do exercício, momento em que são transferidos para a receita correspondente.

Após o recebimento das amortizações dos empréstimos concedidos, são os juros calculados e deduzidos das respectivas prestações. Motivo por que, somente após ter sido verificado o movimento anual, é que são transferidos no todo, para receita patrimonial.

Entretanto essas operações não afetam os números aqui expressos, desde que estão escriturados e continuam como tal, nas contas de retôrno de capitais. E' apenas uma questão de ordem dos fatores.

RECEITA EXTRAORDINÁRIA

Essa receita correspondente às vendas dos medicamentos havidos na farmácia mantida pela Instituição. Somaram no período a importância de Cr\$ 86.392,50.

RETORNO DE CAPITAIS

As contas de aplicação de capitais de cobertura estão agrupadas em dois importantes ramos distintos: Empréstimos simples e Empréstimos Imobiliários. O recebimento das amortizações dêesses empréstimos constitui o reembolso daquelas aplicações e são considerados na parte da receita do balanço financeiro, Retôrno de Capitais.

Neste título foi recebido de amortizações de empréstimos simples até o último dia de abril p. passado, a importância de Cr\$ 6.421.739,00, assim distribuídos: Cr\$ 2.759.355,10, através de EMPRÉSTIMOS RAÍPIDOS e Cr\$ 3.662.383,90, por intermédio da conta de EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO.

A carteira de empréstimos imobiliários, também no mesmo período, movimentou a receita de Cr\$.. 482.534,30 distribuídas como segue: Cr\$ 216.780,00, na conta de Imóveis; Cr\$ 124.006,30 na conta de empréstimos hipotecários; Cr\$ 99.693,50 na de Devedores Diversos; Cr\$ 30.873,40, em Credores Diversos e finalmente, Cr\$ 11.181,10 através das contas de venda de casas e terrenos a prazo.

DEPÓSITOS

Por decorrência dos contratos de promessa de compra e venda entre o M. E. P. e os segurados beneficiados com a aquisição de imóvel residencial, as prestações mensais para amortização do débito correspondente são considerados depósitos destinados, no fim do prazo contratual, a cobrir o débito constituído e assumido pelo interessado no ato da aquisição.

No período em questão foram constituídos depósitos na importância de Cr\$ 2.098.392,80, destinados à amortização de casas, bem como Cr\$ 58.199,40, para garantia dos contratos de construção, os quais serão oportunamente reclamados pelos depositantes.

OUTRAS OPERAÇÕES

Foram também recebidos nesse período valores correspondentes aos aluguéis devidos ao MEP e contados no exercício anterior, bem como alguns títulos, responsabilidades de terceiros em favor desta Instituição, Operações que totalizaram Cr\$ 48.500,00.

SALDOS

As operações deste ano foram iniciadas com as disponibilidades financeiras de Cr\$ 658.419,00 vindas de 1959, distribuídas: em caixa Cr\$ 557.211,20 e em Bancos Cr\$ 101.207,80.

Essa importância foi absorvida nas transações efetuadas neste quadrimestre, restando, no último dia de abril próximo passado o saldo de Cr\$ 246.574,70 adiante comentado.

Para apreciação global sobre os números estudados até esta altura, segue-se o resumo da receita, por títulos, havida neste período.

Receita Ordinária	7.434.463,50	
Receita Extraordinária . .	86.392,50	7.520.856,00
		<hr/>
Retorno de Capitais		6.904.273,50
Outras Operações		48.500,00
Depósitos		2.156.592,00
		<hr/>
Total da receita		Cr\$ 16.630.221,50
Saldo de 1959		658.419,00
		<hr/>
Total Geral		Cr\$ 17.288.640,50

Note-se que essa receita é superior à execução orçamentária do exercício de 1959, muito embora se refira apenas ao 1o. semestre dêste ano.

Os números aqui delineados demonstram claramente as possibilidades de serem concedidos largos benefícios à classe dos servidores públicos, que sofre as consequências do regime inflacionário que atravessamos.

DESPESA

Apiciando-se nas disponibilidades havidas no período, pode a Instituição movimentar os números adiante estudados, distribuídos nas suas contas de despesas e de aplicação de capitais.

As despesas do MEF estão divididas em dois títulos distintos: Despesas Administrativas e Despesas de Benefícios, ou simplesmente Benefícios.

Estão elas disciplinadas no regulamento, tendo em vista o planejamento efetuado por ocasião dos estudos atuariais, momento em que são fixados os

valores dos benefícios a serem concedidos e o quantum da despesa administrativa, em percentual, permitido. Isto, naturalmente, com relação à receita de Prêmios de Seguro.

Em obediência ao regulamento vigente, o orçamento para este exercício fixou as despesas administrativas, exclusive a aquisição de material permanente e compra de medicamentos, por serem considerados investimentos, em 30% da receita de prêmios de seguro, ficando os 70% restantes destinados às despesas de benefícios e constituição do capital de cobertura para garantia das pensões em vigor e das que sejam concedidas.

As despesas administrativas são formadas pelas contas de Pessoal, Material Permanente, Material de Consumo e Despesas Diversas.

Neste período foram dispendidos nestas contas, os seguintes valores:

Pessoal		
Fixo	Cr\$ 1.180.397,30	
Variável	278.502,20	.1.458.899,50
Material		
Permanente	145.000,00	
De Consumo	165.690,60	.310.690,60
Despesas Diversas ..		116.180,70
		116.180,70
Total da Despesa		Cr\$ 1.885,770,80

As despesas administrativas-havidas neste período atingiram 24,3% da receita de prêmios de seguro, indicativo de que a Instituição tem mantido suas despesas rigorosamente dentro dos dispositivos regulamentares.

Os benefícios pagos nesse tempo elevaram-se a Cr\$ 1.865,968,30, assim distribuídos:

Pensões	1.480.876,00
Auxílios	172.225,00
Diversos	212.867,30
	<hr/>
Total	Cr\$ 1.865.968,30

O percentual desta conta foi de 26% da receita de prêmios de seguro.

Juntando-se este percentual ao das despesas administrativas, encontramos a soma 50,3%, donde se conclui que foram transformados em capital de cobertura 49,7% da receita de prêmios.

Esse saldo foi quase totalmente aplicado em concomitância com as quotas de retôrno de capitais, restando, entretanto, no último dia de abril, a importância de Cr\$ 246.574,70, distribuída: em Bancos Cr\$ 180.255,30; em Caixa, Cr\$ 66.319,40.

APLICAÇÃO DE CAPITAIS

Foi aplicada nesse período, através das carteiras de Empréstimos Simples e Imobiliários, a quantia de Cr\$ 12.725.670,90.

Dentro da carteira de Empréstimos Simples, a Instituição concedeu na conta de empréstimos rápidos uma média de 800 operações totalizando Cr\$ 3.594.574,70, bem como uma média de 300 empréstimos somados em Cr\$ 4.321.901,20, na conta de empréstimos a longo prazo. O total dos empréstimos simples foi de Cr\$ 7.916.475,90.

Na carteira imobiliária as operações foram menores, dado o vulto de cada uma, entretanto, registrou-se o movimento de Cr\$ 4.809.195,00, distribuído como segue.

Imóveis	255.702,20
Hipotecas	3.430,10
Casas em Construção ..	596.884,00
Devedores diversos .. .	217.862,50
Credores diversos	3.361.899,90
Venda de terrenos	169,00
Ampliação de casas .. .	373.057,00
Venda de casas a prazo ..	190,30
	<hr/>
Total	Cr\$ 4.809.195,00

Os valores das contas de Hipotecas, venda de terrenos e venda de casas a prazo se referem a restituições havidas, pois se trata de contas já extintas no "plano de aplicações".

A conta de Credores Diversos se refere aos pagamentos das prestações das casas residenciais adquiridas pelo MEP, destinadas aos segurados beneficiados. 20 casas foram compradas neste período, sendo: 10 nesta capital, 6 em Palos, 2 em Sapé e 2 em Bayeux.

A conta de construções, da mesma forma, corresponde aos pagamentos das prestações contratuais vindas do exercício anterior, bem como das decorrentes de 4 novas construções iniciadas neste ano, todas nesta Capital.

A conta de Devedores Diversos é uma modalidade de empréstimo destinado somente à cobertura das despesas de escrituras de promessa de compra e venda entre a Instituição e o segurado.

RESTITUIÇÕES DIVERSAS

Neste período os depósitos restituídos atingiram a Cr\$ 55.598,10, como também foram restituídos prêmios de seguro no valor de Cr\$ 56.758,00.

OUTRAS OPERAÇÕES

Houve o dispêndio de Cr\$ 452.389,50 nas contas	
Despesas a Classificar	95.000,00
Restos a Pagar	357.389,50
	<hr/>
Total	Cr\$ 452.389,50

A primeira, referente a despesas urgentes havidas no início deste ano, aguardando a abertura do necessário crédito especial. A segunda, referente a despesas do exercício anterior, que não foram liquidadas até o dia 31 de Dezembro.

Resumindo a despesa, por títulos, encontramos o seguinte:

Despesas Administrativas	1.885.770,80
Benefícios	1.865.968,30
Aplicação de capitais	12.725.670,90
Outras operações	509.147,70
Depósitos	55.508,10
	<hr/>
Total da despesa	Cr\$ 17.042.065,80
Saldo	246.574,70
	<hr/>
Total Geral	Cr\$ 17.288.640,50

Construções e compras de casa

Na carteira de Construções e compras de casas, foi autorizado o pagamento de prestações no valor de Cr\$ 807.142,20, distribuídos:

Compras de Casas	493.298,60
Construções de casas	46.298,60
Devedores Diversos	160.468,60
Ampliação de Casas	107.700,00
	<hr/>
Total	Cr\$ 807.142,20

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA

Dentro de sua finalidade, êste Departamento vem desenvolvendo atividade, no sentido de fornecer ao Govêrno dados para a pesquisa e avaliação dos resultados sôbre a situação fisiográfica, social e econômica do Estado.

A Divisão Social do Departamento coligiu informes e apurou inquêritos, de modo geral, sôbre aspectos da demografia estadual, condições de vida da população, tendências sociais e preferências religiosas.

A Divisão Fisiográfica, à qual compete efetuar pesquisas, críticas e apuração de informes sôbre as condições climatêricas e sua influência na produção agrícola, atividades industriais, sistema de transportes e comunicações, esteve em normal funcionamento.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

Balanco Financeiro do Exercício de 1960

De 1º. de Janeiro a 30 de Abril de 1960

A T I V O

TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
RECEITA ORDINÁRIA			
Prêmios de seguro	7.179.467,30		
Taxas e emolumentos	40.496,20		
Receita patrimonial	214.500,00	7.434.463,50	
RECEITA EXTRAORDINÁRIA			
Diversos		86.392,50	7.520.856,00
RETORNO DE CAPITAIS			
Operações de crédito			
Empréstimos simples			
Empréstimo rápido	2.759.355,10		
Empréstimo longo	3.421.739,00	6.421.739,00	
Empréstimos imobiliários			
Imóveis	216.780,00		
Empréstimos hipotecários	124.006,30		
Venda de casas a prazo	4.903,60		
Venda de terrenos a prazo	6.277,50		
Devedores diversos	99.693,50		
Credores diversos	30.873,40	482.534,30	6.904.273,30
OUTRAS OPERAÇÕES			
Títulos a receber		3.000,00	
Restos a receber		45.500,00	48.500,00
DEPÓSITOS			
Amortização de Seguro para compra casa		2.098.392,80	
Depósitos de diversas origens		58.199,40	2.156.592,20
T O T A L			
			16.630.221,50
SALDO DE DEZEMBRO DE 1959			
Em Bancos		101.207,80	
Em Caixa		557.211,20	658.419,00
TCTAL GERAL			
			17.288.640,50

P A S S I V O

TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
DESPESA ADMINISTRATIVA			
Pessoal			
Fixa	1.180.397,30		
Variável	278.502,20	1.458.899,50	
Material			
Permanente	145.000,00		
Consumo	165.690,60	310.690,60	
Despesas diversas			
Diversos		116.180,70	1.885.770,80
BENEFÍCIOS			
Pensões			
Pensões por morte		1.480.876,00	
Auxílios			
Funeral	28.000,00		
Natalidade	132.000,00		
Auxílio para Exames Médicos	12.225,00	172.225,00	
Diversos			
Aposentados	184.927,30		
Salário família	26.250,00		
Pecúli s	1.690,00	212.867,30	1.865.968,30

APLICAÇÕES DE CAPITAIS

Operações de crédito

Empréstimos simples

Empréstimos rápido 3.594.574,70

Empréstimos a longo prazo 4.321.901,20

7.916.475,90

Empréstimos imobiliários

Imóveis 255.702,20

Empréstimos hipotecários 3.430,10

Casas em construção 596.884,00

Devedores diversos 217.862,50

Credores diversos 3.361.899,90

Venda de terrenos a prazo 169,00

Ampliação de casas 373.057,00

Venda de casas a prazo 190,30

4.809.195,00

12.725.670,90

OUTRAS OPERAÇÕES

Restos a pagar 337.389,50

Restituições de prêmios 56.758,20

Despesas a classificar 95.000,00

509.147,70

DEPÓSITOS

Amortização de casas 518,10

Depósitos de diversas origens 54.990,00

55.508,10

TOTAL

17.042.065,80

SALDO PARA MAIO DE 1960

Em Bancos 180.255,30

Em Caixa 66.319,40

246.574,70

TOTAL GERAL

17.288.640,50

SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS

Os encargos e as despesas de pessoal resultantes da administração passada, representam fatores que impedem, de maneira decisiva, a realização de serviços absolutamente imprescindíveis ao interesse público.

Com a mobilização de novos recursos e o seu aproveitamento racional adotado imperativamente, irá a Chefia do Executivo, através deste setor, realizar uma obra de real significação para a vida do Estado.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

Serviços concluídos

Construção de cabines telefônicas em Mandacaru, Jaguaribe e Oitizeiro; reparos gerais, caiação e pintura na Delegacia de Investigações e Capturas (Cr\$ 36.833,00); renovação de telhados, caiação e pintura no Centro de Saúde (Cr\$ 30.822,00); reparos gerais no Hospital Clementino Fraga (Cr\$ 27.549,00); melhoramentos no prédio onde funciona a S.V.O.P. (Cr\$ 90.638,00), além de pequenos serviços de conservação nos prédios do Tribunal de Justiça, Delegacia de Polícia Marítima, Biblioteca Pública, Colégio Estadual de João Pessoa, Asilo do Bom Pastor, Campanha da Merenda Escolar, Departamento do Servi-

ço Social e Escola de Enfermagem, renovação dos trabalhos da Maternidade "Cândida Vargas" (Secção de Enfermaria); conclusão da Cadeia Pública, em Conceição, construção do Pôsto Fiscal de Cruz das Armas, cuja conclusão está prevista para o corrente mês; ampliação do Grupo Escolar "Perilo d'Oliveira", em Cacimba de Dentro; conclusão de um Pôsto Fiscal, em Tacima.

Serviços em andamento

Trabalhos de recuperação dos pavilhões do Hospital "Santa Isabel", onde se achava instalado o Hospital da Polícia Militar, os quais foram orçados em Cr\$ 400.000,00; ampliação de mais (2) duas salas de aula, cuja conclusão está prevista para êste mês nos Grupos Escolares "José Américo" e "Santa Júlia"; cobertura do prédio do Quartel da Polícia, a fim de protegê-lo contra a infiltração das águas das chuvas; prosseguimento das obras da Maternidade "Caçula Leite" e construção do Grupo Escolar "Enéas Leite", do município de Conceição; prosseguimento das obras da Coletoria Estadual de Alagoa Nova; prosseguimento das obras dos Postos Médicos de Ingá e Belém.

Ajuda a Instituições Filantrópicas

Contribuição mensal de Cr\$ 20.000,00 para o Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha"; Auxílio de Cr\$ 100.000,00, para aquisição de uma ambulância para o Instituto de Assistência e Proteção à Infância; auxílio de Cr\$ 50.000,00, para instalação de um Ambulatório no Varjão; auxílio de Cr\$ 122.100,00 em material destinado ao Hospital "São João Batista".

Serviços iniciados no atual Governo

Pavimentação da rua 4 de Novembro, nesta Ca-

pital; idem, das ruas João Silva Pimentel e Conceição, na Cidade de Campina Grande; limpeza e melhoramento no Centro de Saúde, em Campina Grande.

Serviços em andamento

Pavimentação das Avenidas 1º. de Maio, Sanhauá, Princesa Isabel e rua Irineu Pinto; construção de galerias para águas pluviais, nas Avenidas Coremas, Floriano Peixoto, assim como na descida do Varjão; ampliação do Grupo Escolar "José Américo"; recuperação do prédio da antiga Cadeia para instalação do Departamento da Polícia Civil.

Serviços concluídos

Pavimentação da faixa central da Av. Cruz das Armas; galerias na Av. D. Pedro II e em frente à Usina de Cruz do Feixe; construção do prédio para o Posto Fiscal, em Cruz das Armas; cobertura, em brasilito, do prédio da Polícia Militar.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS RURAIS

Esse Departamento, ao qual compete executar os trabalhos de construção, reconstrução, ampliação e conservação dos Serviços de Açudagem do Estado, efetuou na atual administração os seguintes serviços:

Conclusão da perfuração do Pôço tubular, em Bayeux; reparos gerais na barragem do Açude Alcantil, no município de Cabaceiras, reparos gerais na barragem do Açude Gurjão, no município de São João do Cariri; continuação do serviço de construção da Ponte da Ilha do Bispo, município de João Pessoa; início da perfuração de um pôço tubular no município de Cabedelo.

DEPARTAMENTO DE OBRAS SANITÁRIAS

Com a finalidade de projetar, construir e fiscalizar as obras de abastecimento d'água do Estado, o D.O.S., na atual administração, concluiu as obras de Monteiro e Piancó.

Em andamento, encontram-se os serviços de abastecimento d'água de Alagoa Nova, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Coremas, Esperança, Itabaiana, Fatos, Fombal, Santa Luzia, Santa Rita e Souza, além dos de Alagoinha e Princesa Isabel, sob as responsabilidades do SESP e DNOCS, respectivamente.

Foram igualmente, contratadas as obras de Belém de Caiçara, Brejo do Cruz, Caiçara, Malta, Sapé e Taperoá, além dos serviços de Campina Grande e Catolé do Rocha.

Ainda foram assinados contratos para elaboração dos projetos de abastecimento d'água dos municípios de Araruna, Bonito, Cuité, Espírito Santo, Gurinhém, Ibiara, Ingá, Picuí, Pilar, Pilões, Pocinhos, Serraria, Sumé, Taperoá, Teixeira, Uiraúna, Umbuzeiro e Vila de Queimadas.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Conservação e melhoramento

Reparos no leito	225.871 m1
Valetamento	109.808 m1
Desmatamento	74.268 m2
Revestimento	48.163 m2
Terraplanagem	44.470 m3
<hr/>	
Despesa realizada	Cr\$ 6.052.733,10

Construção

Rodovia Serraria -- Borborema	2 km
" Solânea -- Cacimba de Dentro	2 km
" Sapé -- Guarabira	6 km
" Cuitégí -- Pilões	1 km
" Espinheiro -- Filgueiras	1 km
" Areia -- Escola de Agronomia	0,5 km
" Juarez Távora -- BR 23	1,5 km
Revestimento	17.200 m ²
1 Ponte de 60 metros sobre o Rio do Peixe	
1 Ponte de 9 metros	
1 Ponte de 10 metros	
4 Fontilhões	
1 Vertedouro	
18 Bueiros	

Prosseguem os serviços de construção dos edifícios das sedes de Residências de Patos e Campina Grande.

Pavimentação

Melhoramentos na rodovia de João Pessoa—Cabedelo, numa extensão de 17 km. Prosseguem os trabalhos de pavimentação da rodovia Sapé-Guarabira-Br 23, já estando concluídos 2 km. de base e sub-base estabilizadas granulométricamente e 500 metros de imprimação.

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO

Rêde d'água — Serviços iniciados

Encontram-se em prosseguimento os trabalhos de construção de distribuidores d'água nas Avs. Oliveira Uchôa e Olinda, em Alagoa Grande, e nas Avs. Rodrigues Chaves e Des. Pinho, em João Pessoa, além da construção de chafarizes nas Avs. Oliveira Uchôa

e Olinda, em Alagoa Grande, cujo orçamento é de Cr\$ 1.365.617,50.

Foram também realizados outros pequenos serviços como:

Ligações de pena d'água	256
Ligações de esgoto	63
Desobstrução trecho externo d'água	244
Substituição trecho externo d'água	28
Transposição trecho externo d'água	37
Vasamento ramal 1 externo d'água	66
Levantamento ramal 1 externo de esgoto	161
Assentamento de peças sanitárias	12
Fechamentos	650
Reaberturas	582

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS ELÉTRICOS DA CAPITAL

Serviços realizados, segundo o valor total da despesa:

Avenida Francisco Manoel, em Jaguaribe, 320 metros a três linhas na rede de alta tensão, e montagem de um transforma- dor, no valor total de	Cr\$	284.041,00
Hospital "Clementino Fraga"	Cr\$	30.267,50
Avenida Saturnino Brito	Cr\$	11.250,00
Avenida Francisco Manoel	Cr\$	12.262,50
Avenida Floriano Peixoto	Cr\$	12.480,00
Avenida Bananeiras, em Tambaú	Cr\$	5.400,00
Avenida Álvaro de Carvalho	Cr\$	16.755,00
Avenida Fiauí	Cr\$	4.085,00
Avenida Monteiro da Franca	Cr\$	5.525,00
Avenida Esperança	Cr\$	14.920,00
Avenida Cajazeiras	Cr\$	2.800,00
Avenida Ingá	Cr\$	2.800,00
Avenida projetada (perpendicular à Av. João Maurício)	Cr\$	9.040,00

Avenida Engg. Ávidos em Tambaú	Cr\$	40.620,00
Hospital São João Batista	Cr\$	20.320,00
Avenida Marta Pacheco	Cr\$	3.320,00
Travessa Marta Pacheco	Cr\$	4.340,00
Av. Lopo Garro, na Ilha do Bispo	Cr\$	8.155,00
1º Grupamento de Engenharia . . .	Cr\$	165.076,00
Avenida Tito Silva, Jardim Miramar	Cr\$	34.755,00
Avenida Ovidio Mendonça	Cr\$	7.740,00
Avenida Padre Ayres	Cr\$	4.580,00
Avenida Monsenhor Walfredo . . .	Cr\$	318.580,00
Vila D Vital, no Roggers	Cr\$	7.880,00
Avenida Aragão e Melo, na Torre	Cr\$	13.875,00
Avenida S.O.S., em Bayeux	Cr\$	8.240,00
Avenida Balbino de Mendonça . . .	Cr\$	8.240,00
Engenho Mucua	Cr\$	21.400,00
Várzea Nova	Cr\$	326.521,60
Em outros logradouros	Cr\$	697.172,80

Não obstante a precariedade de recursos, êste setor instalou vários aparelhos de iluminação pública em diversos logradouros da Cidade, bem como restaurou um número bem relativo, e substituiu lâmpadas atingindo um montante de Cr\$ 6.293,00 (seis mil, duzentos e noventa e três cruzeiros).

Bondes

A fim de suprir a deficiência de nossa frota de bondes, bem como melhor servir à classe obreira da Cidade, foram tomadas providências, no sentido de ser construída cerca de 1 km de linha ferrea e aérea, no populoso bairro de Cruz das Armas, ao mesmo tempo, através das oficinas e com pessoal especializado dêste Departamento, fazer recuperação de um bonde, metas que já se encontram em fase de conclusão.

O dispêndio com o empreendimento aqui focalizado atingirá a quantia de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE CABEDELO

Construção de Armazéns

A cargo do SEXTO DISTRITO DE PORTOS, RIOS E CANAIS prosseguem os trabalhos de construção de três Armazéns na faixa interna do CAIS.

Serviços de limpeza e conservação

Vem sendo realizado um vasto serviço de limpeza e conservação, não só com a remoção de sucatas de ferro espalhadas por toda a área portuária, mas com a pintura permanente das cortinas de ferro que se encontravam em completo abandono, ameaçando a sua própria segurança.

Aquisição de móveis e utensílios

Foram adquiridos, além de alguns móveis que se faziam necessários ao perfeito funcionamento dos trabalhos de Escritório, um moderno e completo serviço de fichário, com o fim de evitar a desorganização reinante na entrada e distribuição de papéis.

Outras medidas de ordem administrativa vêm sendo levadas a efeito pela atual administração, pois como a constituição de comissões para proceder a estudos na regulamentação de serviços extraordinários e na própria organização do pessoal, visando o emprego de formas que melhor se adaptem às condições atuais do Pôrto.

Grupo Conversor

Vem causando sérias apreensões o estado em que se encontra o sistema de distribuição de forças e energia do Pôrto. A tal serviço tem a atual administração dispensado uma série de atividades, não só prestando a sua assistência técnica permanente no

sentido de evitar a paralização total dos guindastes e pontes rolantes, mas, encaminhando providências a respeito da aquisição imediata de um grupo conversor de corrente contínua em corrente alternada, capaz de satisfazer a exigência decorrente da decrescente movimentação portuária. Sobre este assunto foi feito o expediente necessário às autoridades competentes, através do qual foram delegados poderes ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para proceder à aquisição da citada máquina com os recursos oriundos do Fundo Portuário, de que dispõe o Porto de Cabedelo, e dentro das condições previstas na Relação-Programa já convenientemente aprovada por portaria do Excelentíssimo Senhor Ministro da Viação.

I N U N D A Ç Õ E S

Diversos municípios foram assolados por enchentes que causaram danos totais às respectivas populações. A ajuda do poder público não se fez demorar; todo auxílio de que dispõe em favor dos flagelados foi mobilizado através da Polícia Militar, Secretarias da Saúde e Assistência Social, Viação e Obras Públicas e Agricultura, Indústria e Comércio.

O município mais atingido pelas inundações foi o de Cruz do Espírito Santo; médicos, enfermeiros, atendentes e assistentes sociais foram mobilizados para atender às populações atingidas pelo flagelo.

Promoveu-se a distribuição de gêneros alimentícios, roupas, medicamentos, etc., tendo esse trabalho realizado-se metódicamente, sem qualquer alteração de ordem pública, inclusive durante a fase aguda do salvamento de vidas daqueles mais expostos à fúria das águas, utilizando-se canoas, jangadas e caminhões para lá transportados a tempo.

O aspecto profilático do problema não foi descurado, tendo a Secretaria de Saúde e Assistência

Social procedido à vacinação em massa da população urbana e ribeirinha, verificando-se 2.437 imunizações contra a varíola e 1.793 contra tifo, providência coroadada do mais completo êxito, visto nenhum caso daquelas moléstias haver se registrado.

Em relação à assistência médica pròpriamente dita, prestada às referidas populações, vale salientar que, além da utilização do estoque reforçado do Posto de Higiene local, substancial suprimento foi fornecido pelo 1º Grupamento de Engenharia e prescritas 838 receitas médicas, com a colaboração da Prefeitura local.

Além da notável cooperação oferecida pelas repartições acima referidas, é de justiça que se saliente a ajuda, igualmente eficiente e espontânea: da Capitania dos Portos, Departamento Nacional de Endemias Rurais, "Lions Club", Bandeirantes, Escoteiros e dos Estudantes Universitários, êstes sob a orientação de uma equipe de colegas da Escola de Serviço Social.



de pessoal, em relação à receita	10
Planos e realizações	11
Secretaria do Interior e Segurança Pública	12
Departamento da Polícia Civil	12
Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica	12
Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes	12
Colônia Penal de Mangabeira	13
Delegacia Especial de Trânsito	13
Penitenciária Modelo	14
Centro de Reeducação Social Feminino	14
Departamento de Assistência e Proteção aos Menores	14
Comando da Polícia Militar	15
Secretaria de Educação e Cultura	16
Colégio Estadual de João Pessoa	16
Colégio Estadual de Campina Grande	18
Instituto de Educação	18
Ginásio Estadual de Sapé	19
Escola Normal de Campina Grande	19
Departamento de Educação	19
Colaboração do INEF	20
Campanha de Educação de Adultos	21
Divisão de Educação Artística	22
Teatro Santa Rosa	23
Quartêto da Paraíba	23
Serviço de Cinema Educativo	23
Divisão de Documentação e Cultura	24
Rádio Tabajara	24
Museu do Estado	26
Sistema Rádio Educativo da Paraíba	26
Faculdade de Farmácia da Paraíba	26
Secretaria de Saúde e Assistência Social	33





843-61

353.98133

Paraíba. Governadores

M548

AUTOR

Mensagem 1960

TÍTULO

Devolver em

NOME DO LEITOR

843-61

353.98133

M 548

